

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

LUCAS VIEIRA COELHO

**NÍVEL DE COMPARABILIDADE DAS PRÁTICAS
CONTÁBEIS DOS ESTOQUES DE EMPRESAS
BRASILEIRAS DO SETOR DE VAREJO LISTADAS NA
BM&FBOVESPA**

**FLORIANÓPOLIS
2016**

LUCAS VIEIRA COELHO

**NÍVEL DE COMPARABILIDADE DAS PRÁTICAS
CONTÁBEIS DOS ESTOQUES DE EMPRESAS
BRASILEIRAS DO SETOR DE VAREJO LISTADAS NA
BM&FBOVESPA**

Monografia apresentada à Universidade
Federal de Santa Catarina como
um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientadora: Dra. Suliani Rover.
Coorientadora: Mariana Campagnoni.

**FLORIANÓPOLIS
2016**

LUCAS VIEIRA COELHO

**NÍVEL DE COMPARABILIDADE DAS PRÁTICAS
CONTÁBEIS DOS ESTOQUES DE EMPRESAS
BRASILEIRAS DO SETOR DE VAREJO LISTADAS NA
BM&FBOVESPA**

Esta monografia foi julgada adequada para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, e aprovada em sua forma final pelo Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina.

Prof.(a) Dr^a Suliani Rover
Orientadora

Professores que compuseram a banca:

Mariana Campagnoni
Coorientadora

Prof.(a) Dr^a Maira Melo de Souza

FLORIANÓPOLIS
2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais por todo o amor, carinho e paciência que tiveram durante toda a minha trajetória. Especialmente a minha mãe, Sônia Maria Vieira Coelho, por ser uma mulher guerreira e me ensinar o lado certo e bom da vida e ao meu pai, José Raimundo por me ensinar o que realmente é ser uma pessoa com caráter.

A minha família pela força, confiança e espelho do que é ser uma família unida.

A minha namorada, Jéssica Madaloni, pelo amor, dedicação e companheirismo durante toda a minha caminhada.

A minha professora orientadora, Suliani Rover e minha coorientadora, Mariana Campagnoni, pelo auxílio em tempo integral, pelas dicas e por não medir esforços para que este trabalho fosse o melhor. Especialmente a minha orientadora por sua sabedoria e discernimento do assunto e minha coorientadora por sua paciência e enumeradas tardes de trabalho árduo, sem vocês este trabalho não seria o mesmo.

Por último e não menos importante, agradeço aos meus colegas da faculdade, porque sem vocês a faculdade não seria tão animada.

RESUMO

COELHO, Lucas Vieira. **Nível de comparabilidade das práticas contábeis dos estoques de empresas brasileiras do setor de varejo listadas na BM&FBOVESPA**. 2016. 61 p. Monografia (Curso de Graduação em Ciências Contábeis) - Departamento de Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis - SC.

As normas internacionais de contabilidade, também conhecidas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS), foram criadas com o objetivo de harmonizar práticas contábeis em diferentes países. Alguns benefícios estão associados a esse processo de harmonização, tais como a melhora na qualidade da informação e o aumento da comparabilidade entre informações contábeis. As IFRS possibilitam que usuários comparem, entre companhias e períodos diferentes, informações relativas a importantes elementos contábeis, tais como os estoques. O Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) versa sobre o tratamento contábil que deve ser dado a estes ativos por companhias brasileiras. Empresas de segmentos específicos, tais como o varejo, possuem grande representatividade de estoques em relação ao seu ativo total. Com base nesse problema, essa pesquisa tem como objetivo geral verificar o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques das empresas brasileiras do ramo varejista nos anos de 2010 a 2015. Esta pesquisa tem caráter descritivo e abordagem metodológica quantitativa e qualitativa. A coleta ocorreu a partir de dados secundários por meio de análise de documentos como demonstrações financeiras (DFs) e notas explicativas (NEs). A amostra da pesquisa compreende 14 empresas do ramo de varejo para o período entre 2010 a 2015. Foram coletadas 72 DFs para identificar a mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques. A partir da análise identificou-se ao final de 2015, que nove empresas mensuravam seus estoques pelo valor de custo e as outras cinco pelo valor realizável líquido. Também se constatou que todas as empresas avaliaram seus estoques pelo custo médio. Porém, duas utilizaram a média ponderada, três avaliaram pela média ponderada móvel e nove não identificaram o método para chegar ao custo médio e por último verificou-se que todas as empresas evidenciaram todos os itens obrigatórios do CPC 16 (R1) a partir de 2013. Após realizada a análise descritiva dos dados, aplicou-se o índice de comparabilidade, *T index*, desenvolvido por Taplin (2004). O indicador teve como resultado um nível de comparabilidade, em 2015, médio (0,541) entre a mensuração, ou seja, 54,10% da amostra é comparável e um nível alto (1,00) em relação à avaliação de todas as empresas. Durante a série histórica, o *T index* de mensuração teve uma evolução positiva enquanto o de avaliação permaneceu constante durante todo o período.

Palavras-chave: Comparabilidade. Estoques. Demonstrações financeiras. *T index*.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1– Entidades reguladoras e atos de aprovação do CPC 16 (R1) no Brasil.....	23
Quadro 2 – Métodos de avaliação de estoques mais conhecidos	25
Quadro 3 – Empresas abertas do ranking, com colocação e nível de governança	30
Quadro 4 – Checklist dos métodos de mensuração e avaliação dos estoques	32
Quadro 5 – Checklist de divulgação dos itens obrigatórios do CPC 16 (R1) – Estoques entre os anos de 2010 a 2015	33

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Quantidade de empresas por setor e segmento	31
Tabela 2 – Método de mensuração e avaliação ao longo dos anos 2010 a 2015.....	35
Tabela 3 – Tipos de avaliação pelo custo médio	37
Tabela 4 – Método de mensuração e avaliação do setor cíclico ao longo dos anos 2010 a 2015	38
Tabela 5 – Tipos de avaliação pelo custo médio do setor cíclico entre os anos de 2010 a 2015	40
Tabela 6 – Método de mensuração e avaliação do setor não cíclico ao longo dos anos 2010 a 2015	41
Tabela 7 – Tipos de avaliação pelo custo médio do setor não cíclico entre os anos de 2010 a 2015	42
Tabela 8 – Quantidades de empresas que evidenciaram cada item obrigatório do CPC 16 (R1) entre 2010 a 2015	44
Tabela 9 - Evidenciação das informações exigidas pelo CPC 16 (R1) entre os anos de 2010 a 2015	44
Tabela 10 – Evidenciação das informações exigidas pelo CPC 16 (R1) do setor cíclico entre os anos de 2010 a 2015	46
Tabela 11 – Evidenciação das informações exigidas pelo CPC 16 (R1) do setor não cíclico entre os anos de 2010 a 2015	46
Tabela 12 – Relação entre estoques e ativo total das empresas entre 2010 a 2015.....	47
Tabela 13 – Índices T de 2010 a 2015	49
Tabela 14 – Índice T do custo médio de 2010 a 2015	50
Tabela 15 – Índice T do setor cíclico – 2010 a 2015.....	51
Tabela 16 – Índice T do custo médio no setor cíclico – 2010 a 2015	52
Tabela 17 – Índice T do setor não cíclico – 2010 a 2015	53
Tabela 18 – Índice T do custo médio no setor não cíclico – 2010 a 2015	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Percentual referente à mensuração dos estoques entre os anos de 2010 a 2015	36
Gráfico 2 – Percentual de utilização dos métodos de cálculo do custo médio.....	37
Gráfico 3 – Percentual de utilização dos métodos de mensuração do setor cíclico entre 2010 a 2015	39
Gráfico 4 – Percentual de utilização dos métodos de cálculo do custo médio do setor cíclico entre 2010 a 2015	41
Gráfico 5 - Percentual de utilização dos métodos de cálculo do custo médio do setor não cíclico entre 2010 a 2015.....	43
Gráfico 6 – Percentual de evidenciação dos estoques entres os anos de 2010 a 2015	45
Gráfico 7 – Média, mínimo e máximo na relação estoques/ativo total do ramo varejista entre os anos de 2010 a 2015.....	48

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Nota explicativa com nomenclatura correta em relação às perdas	55
Figura 2 - Nota explicativa com nomenclatura incorreta em relação às perdas	55

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRASCA – Associação Brasileira das Companhias Abertas
APIMEC – Associação dos Analistas e Profissionais do Investimento do Mercado de Capitais
BACEN – Banco Central do Brasil
BM&FBOVESPA – Bolsa de Mercadorias e Futuros da Bovespa
BR GAAP - Princípios Contábeis Brasileiros Geralmente Aceitos
BRIC – Brasil, Rússia, Índia e China
CFC – Conselho Federal de Contabilidade
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CST – Código de Situação Tributária
CVM – Comissão Valores Mobiliários
DCs – Demonstrações Contábeis
DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa
DFs – Demonstrações Financeiras
FASB – *Financial Accounting Standards Board*
FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos
FIECAFI – Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuárias e Financeiras
IAIB – Instituto Auditores Internos do Brasil
IASB – *International Accounting Standards Board*
IASC – *International Accounting Standards Committee*
IBEVAR - Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo
IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
IBrX-50 – Índice Brasil 50
IFRS - *International Financial Reporting Standards*
LLPA – Lucro Líquido Por Ação
MP – Medida Provisória
MPF – Média Ponderada Fixa
MPM – Média Ponderada Móvel
NEs – Notas Explicativas
PEPS – Primeiro que Entra primeiro que Sai
PLPA – Patrimônio Líquido Por Ação
RFB – Receita Federal do Brasil
RTT – Regime Tributário de Transição
S.A. – Sociedades Anônimas
SUSEP – Superintendência de Seguros Privados
UEPS – Último que Entra primeira que Sai
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAS.....	12
1.2 TEMA E PROBLEMA	13
1.3 OBJETIVOS	14
1.3.1 Objetivo Geral	14
1.3.2 Objetivos Específicos.....	14
1.4 JUSTIFICATIVA	15
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	16
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	17
2.1 ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE	17
2.2 COMPARABILIDADE	21
2.3 ESTOQUES	22
2.4 PESQUISAS SIMILARES	26
3 METODOLOGIA DA PESQUISA.....	29
3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA	29
3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS.....	30
3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS.....	32
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	35
4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS ESTOQUES	35
4.2 ÍNDICE DE COMPARABILIDADE	48
4.3 ANÁLISE CRÍTICA	54
5 CONCLUSÕES.....	56
REFERÊNCIAS	58

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONSIDERAÇÕES INICIAS

A Contabilidade nos últimos anos vem passando por um processo de transformação de suas normas contábeis. Este processo advém do crescimento do mercado de capitais que, por meio da convergência às normas internacionais, busca proporcionar informações financeiras de melhor qualidade e mais compreensíveis (BALL, 2006). As normas internacionais de contabilidade, também denominadas como *International Financial Reporting Standards* (IFRS), são desenvolvidas com esses esforços.

Por meio da convergência das normas, as informações contábeis passam a ter mais qualidade e transparência, facilitando o acesso das instituições financeiras nacionais aos mercados internacionais, reduzindo custos de captação devido à maior comparabilidade entre as demonstrações contábeis (DCs) brasileiras e as estrangeiras (LEOPOLDO, 2013). Nesse sentido, as IFRS possibilitam que DCs de empresas em diferentes países sejam elaboradas mediante métodos similares, o que contribui com a captação de recursos em nações estrangeiras.

As IFRS são mundialmente emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). Estas normas têm como objetivo uma maior harmonização na preparação das DCs de empresas ao redor do mundo. No Brasil, este processo de convergência iniciou em 2008 e teve sua adoção completa no início de 2010. Esta adoção passa pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que traduziram e adaptaram as IFRS para que as empresas brasileiras pudessem seguir, a partir de 2010, as normas internacionais de contabilidade.

No tocante à convergência das normas contábeis no mundo, uma característica que vem atraindo investidores é a comparabilidade. Esta característica de melhoria, como é denominada pelo CPC, tem como objetivo a comparação ao longo do tempo das DCs de uma ou mais empresas, sendo ou não do mesmo país (SOUZA *et al.*, 2015). Esta comparação propicia aos usuários da contabilidade uma maior simetria informacional, ajudando desde a tomada de decisão do administrador até a análise dos investidores no mercado de ações.

Por meio desta característica de melhoria, usuários podem confrontar informações de elementos que geralmente são relevantes no patrimônio das empresas, a fim de que possam tomar uma decisão mais acurada. Estoques são exemplos de ativos que, se comparados entre entidades diferentes ou se vistos em série histórica, podem ser informativos para decisões de

investimento. Tais elementos devem ser reconhecidos, mensurados e apresentados nas DCs de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) (CPC, 2009).

No Brasil, as empresas do Ramo Varejista se destacam em relação aos estoques. Este ramo é caracterizado por uma alta rotatividade de produtos e por compras em grande volume (SANTOS; COSTA, 1997). De acordo com o Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR, 2015), entidades varejistas brasileiras faturam anualmente bilhões de reais e geram milhares de empregos, sejam nas fábricas ou em suas lojas.

Em empresas do ramo varejista, dada a importância dos estoques para suas operações, a comparação de informações a eles relacionada pode contribuir tanto para a análise da saúde da empresa, para usuários que investem capital, quanto da viabilidade do negócio, para potenciais investidores que possuem essa intenção. Dessa forma, a presença da comparabilidade, possível se as informações contábeis apresentadas forem elaboradas e apresentadas seguindo premissas afins, pode ser determinante na decisão de se investir ou não em uma empresa.

1.2 TEMA E PROBLEMA

Os estoques são ativos que podem afetar a comparabilidade entre diferentes empresas ou até mesmo dentro dela (em relação ao patrimônio total). Partindo da premissa de que os estoques podem ser mensurados e avaliados por distintos métodos, a comparabilidade pode ter seus valores significativamente diferenciados. O CPC 16 (R1) expõe que os estoques podem ser mensurados tanto pelo valor de custo quanto valor realizável líquido (dos dois o menor), e avaliados por três diferentes métodos, quais sejam: Valor Específico, Primeiro que Entra primeiro que Sai (PEPS) e custo médio. A partir destas diferenças de métodos, os estoques são afetados em seus saldos, pois dependendo do método utilizado o saldo da conta estoques, os números que representam os estoques podem variar.

As empresas do ramo de varejo, caracterizado pela alta representatividade dos estoques em seus ativos, podem ter a comparabilidade de suas DCs particularmente ameaçada com estas diferenças. Ou seja, as possíveis escolhas contábeis nos métodos de avaliação podem representar entraves na comparação entre companhias diferentes, tanto em relação a valores quanto em informações qualitativas.

Os investidores, cada vez mais preocupados com suas ações, vêm demonstrando mais interesse na análise das DCs de suas empresas. É por meio desta análise que eles podem ter uma maior percepção do que está realmente acontecendo na empresa. O IASB, atento a essa

maior preocupação de todos os usuários da informação contábil, criou as IFRS, que apresentavam mecanismos para uma maior preparação e análise das DCs (SALOTTI, CARVALHO; MURCIA, 2015).

No Brasil foi criado o Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (CPC, 2011, p.8) o objetivo era “fornecer informações contábil-financeiras acerca da entidade que reporta essa informação que sejam úteis a investidores existentes e em potencial, a credores por empréstimos e a outros credores, quando da tomada decisão ligada ao fornecimento de recursos para a entidade”.

Através da Estrutura Conceitual do IASB que a Comparabilidade ganhou um foco mais relevante e se tornou uma das principais qualidades das demonstrações financeiras (DFs). Com base no que foi evidenciado, questiona-se: ***Qual o nível de comparabilidade dos estoques das empresas brasileiras de varejo listadas na Bolsa de Mercadorias e Futuros da Bovespa (BM&FBOVESPA)?*** Este estudo analisa minuciosamente se estas empresas tem um alto nível de comparabilidade ao longo do tempo entre elas.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste trabalho é verificar o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques das empresas brasileiras do ramo varejista nos anos de 2010 a 2015.

1.3.2 Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral, fez-se necessário definir os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar o tipo de mensuração adotado pelas empresas no que se refere aos estoques, incluindo forma e critérios de valoração;
- b) Verificar a evidenciação dos itens obrigatórios exigidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) pelas empresas;
- c) Calcular o nível de comparabilidade dos estoques das empresas analisadas.

1.4 JUSTIFICATIVA

As empresas e as suas DCs são os principais instrumentos de análise dos usuários. Uma vez em que a contabilidade está mais harmonizada devido às IFRS, os usuários se sentem mais confiantes em poder usufruir mais destes mecanismos, tendo em vista que estão mais organizados, expostos com mais clareza e transparência.

Com a adoção das normas internacionais, as empresas que compõem o quadro da BM&FBOVESPA passaram a adaptar suas DCs, anteriormente elaboradas mediante os princípios contábeis brasileiros geralmente aceitos (BR GAAP). Com a harmonização, o usuário pode comparar e analisar a fundo informações de entidades com diferentes características.

Segundo Taplin (2012), a mensuração da comparabilidade é importante por diferentes razões. Primeiramente, identificar níveis altos e baixos de comparabilidade requer uma precisa mensuração. Da mesma forma, a indicação de aumento ou redução na comparabilidade entre DCs pode ser um indicativo de sucesso ou fracasso na instituição de regulações. Ou seja, baixos níveis de comparabilidade podem apontar dificuldades na compreensão de normas contábeis. Além disso, se as informações contábeis são mais comparáveis, os investidores conseguem extrair informações financeiras mais relevantes (WANG, 2014).

Pretende-se analisar o nível de comparabilidade dos estoques pela sua representatividade nos ativos das empresas do ramo varejista. A escolha das maiores empresas do Varejo se justifica pela relevância do ramo em termos de faturamento. Em 2015, 120 maiores empresas varejistas brasileiras, segundo o IBEVAR, faturaram cerca de R\$ 424 bilhões, sendo 12% a mais em relação a 2014.

Escolheram-se, para análise, os anos de 2010 a 2015 devido ao fato de as normas internacionais de contabilidade serem adotadas plenamente a partir de 2010 no Brasil. Portanto, busca-se verificar a existência de comparabilidade nas práticas contábeis dos estoques e em que nível as informações inerentes a esse tema podem ser comparadas entre companhias varejistas brasileiras.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

Este trabalho foi dividido em cinco capítulos, nos quais são discutidos: Introdução, Fundamentação Teórica, Metodologia da Pesquisa, Resultados e Discussões e Conclusões.

No primeiro capítulo é abordada a introdução do trabalho, definindo-se o tema e problema, objetivos gerais e específicos, justificativa e a sua organização.

O segundo capítulo contém a fundamentação Teórica, com conteúdo segmentado nas seguintes seções: Adoção as Normas internacionais de contabilidade, Comparabilidade, Estoques e Estudos Similares.

No Terceiro capítulo é apresentada a metodologia do estudo, dividida em: classificação da pesquisa, amostra e coleta de dados e técnica de análise de dados.

No quarto capítulo é feita a análise dos resultados e, finalmente, o capítulo final apresenta a conclusão do tema, mencionando se os objetivos foram alcançados e propostas para pesquisas futuras.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

A contabilidade, desde seu surgimento, já passou por diversas transformações e melhorias. Uma notável transformação foi a implementação das IFRS em vários países. Todavia, para que estas normas internacionais fossem criadas e lançadas, um processo de convergência foi necessário. No Brasil não foi diferente, passou-se por muitas mudanças até que em 2010 ocorreu a aderência plena às normas internacionais de contabilidade.

O modelo contábil brasileiro iniciou sua história com o Decreto Lei nº 2.627/40, que segundo Salotti, Carvalho e Murcia (2015, p.3) “trouxe, praticamente de forma abrangente, regras específicas para contabilidade das Sociedades por Ações, tais como regras para avaliação de ativos e também para a retenção de lucros e distribuição de dividendos”. Em 1976, o modelo contábil foi modificado com a criação da Lei nº 6.404/76, com intuito de atualizar as práticas contábeis adotadas no Brasil às do modelo norte-americano que na época era referência em âmbito internacional.

A Lei nº 6.404/76 foi entendida por autores como a “Primeira Revolução Contábil Brasileira” por poder aproximar as práticas adotadas no Brasil com o que existia de mais moderno na época. O modelo contábil norte-americano na época era a referência em termos de contabilidade internacional, sendo baseado em regras e não em princípios, e focava principalmente nos investidores em ações (MARTINS, 2012; SALOTTI; CARVALHO; MURCIA, 2015).

Na década de 70, enquanto no Brasil era implantada a Lei nº 6.404/76, que ficou conhecida como a Lei das Sociedades Anônimas (S.A.) nos Estados Unidos acontecia em 1973 a criação do *Financial Accounting Standards Board* (FASB) com o objetivo de se ter um órgão formado por pessoas interessadas nas normas internacionais, de investidores a auditores e analistas. Na mesma época, foi criado na Europa o *International Accounting Standards Committee* (IASC), hoje *International Accounting Standards Board* (IASB), com objetivo de criar normas baseadas em princípios e não em regras (MARTINS, 2012).

Com a criação destes dois órgãos internacionais, as mesmas leis que trouxeram uma modernização ao país, acabaram se tornando uma barreira na evolução do modelo Brasileiro, que através de determinações mandatórias na lei, fizeram que as práticas contábeis de divulgação ficassem atrasadas e engessadas (SALOTTI, CARVALHO; MURCIA, 2015).

Durante este período de engessamento do modelo contábil regido pela lei das S.A., a Comissão Valores Mobiliários (CVM) criou uma Comissão Consultiva de Normas Contábeis formada por representantes de Órgãos como a Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), hoje Associação dos Analistas e Profissionais do Mercado de Capitais (APIMEC), o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), a Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuarias e Financeiras (FIPECAFI) e o Instituto dos Auditores Internos do Brasil (IAIB), hoje Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), que tinha como objetivo viabilizar a criação de documentos acessórios, no qual ajudavam na adoção de novas práticas contábeis, que eram adotadas pelo IBRACON e aceito pela (MARTINS, 2012).

Em 2001, em âmbito mundial, substituindo o antigo IASC, foi criado o IASB, que visava desenvolver um modelo de normas contábeis internacionais que postulavam comparabilidade e transparência em suas DCs que pudessem atender todos os usuários interessados. Essas normas eram rotuladas de *International Financial Reporting Standards* (IFRS), cujo propósito era alinhar as DCs de todos os países (SOUZA *et al.*, 2015).

Em âmbito nacional, criou-se, por meio da Resolução CFC n. 1055 de 07/10/2005, o Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). A constituição deste Órgão teve como objetivo

o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade, e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando a centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões Internacionais (CFC, 2005).

Portanto, o CPC é formado por uma comissão de seis órgãos que têm direito a voz e voto em seus Pronunciamentos, Orientações e Interpretações que são: ABRASCA, APIMEC, BM&FBOVESPA S.A., CFC, FIPECAFI e IBRACON e ainda a Comissão de Pronunciamento Contábeis tem a participação de seis entidades ouvintes com direito a voz que são: Banco Central do Brasil (BACEN), CVM, Confederação Nacional da Indústria (CNI), Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN), Receita Federal do Brasil (RFB), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Porém, segundo Salotti, Carvalho e Murcia (2015, p.5)

não apenas não havia um único órgão centralizador de emissão de normas contábeis, como de fato contávamos como um indesejada pluralidade de tais órgãos emitindo normas contábeis sem coordenação e muitas vezes sem diálogos entre si; dentre os múltiplos normatizadores contábeis de então, estavam por exemplo, o CFC, o IBRACON, a própria CVM [...].

Nesse sentido, o CPC busca viabilizar a harmonização das normas contábeis brasileiras com as normas internacionais de contabilidade (CFC, 2005). O CPC traduz as normas (IFRS) e as edita no Brasil, de modo que a norma passa a ser válida no país após passar por audiência

pública e aprovação de entidades reguladoras. Importante destacar que de acordo com Salotti, Carvalho e Murcia (2015, p.7)

[...] o CPC foi concebido de forma a incluir diversos e múltiplos interesses, porém, todos voltados ao foco das demonstrações financeiras. Foi formado para incluir todos os principais *players* que PREPARAM, AUDITAM e ANALISAM demonstrações financeiras; essa pluridisciplinaridade impede que o processo de normatização seja sequestrado por um *player* isolado e permite que o consenso da utilidade por todos sejam obtido num diálogo tecnicamente elevado, porém consensual.

Além da criação do CPC, dois elementos contribuíram com a convergência das normas contábeis. O comunicado n. 14.259 de 10/03/2006, emitido pelo BACEN, tornou obrigatórias às instituições financeiras a elaboração e a divulgação das Demonstrações Contábeis Consolidadas de acordo com os Pronunciamentos Contábeis aprovados a partir de 31.12.2010 (PONTE *et al.* 2010).

Na sequência, em 2007, foi promulgada a Lei 11.638/07, a qual trouxe mudanças na Lei nº 6.404/76. Conforme destacam Salotti, Carvalho e Murcia (2015) esta lei promoveu significativas mudanças na até então vigente lei societária brasileira, cujo objetivo principal foi possibilitar a harmonização contábil no Brasil em um conjunto maior de sociedades. Com a Lei nº 11.638/07 juntamente com a aprovação da Lei nº 11.941/09, eliminou-se o que era considerado por Martins (2012, p. 8) como “um empecilho à adoção das normas faltantes do IASB [...]”.

A promulgação da Lei nº 11.638/07 introduziu ao cenário nacional uma nova filosofia contábil, já adotada pelo IASB, conhecida como a primazia da essência sobre a forma. Esta linha de pensamento defende um modelo contábil regido por princípios e julgamentos e não somente por regras (MARTINS, 2012; GERON, 2008). Assim, a formalidade não é mais a questão principal a ser analisada no reconhecimento de determinado elemento contábil. Se a essência econômica da transação indicar que determinado ativo é controlado por uma entidade, esse reconhecimento deve ser contabilmente feito, independentemente da inexistência de um contrato formal que comprove este fato.

Outro aspecto importante diz respeito à separação da Contabilidade Tributária e da Contabilidade Financeira, que ocorreu por meio da Medida Provisória n. 449/08. Tal medida, posteriormente convertida na Lei nº 11.941/09, instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT), garantindo a neutralidade fiscal no momento da convergência (adaptação das companhias brasileiras às normas internacionais). Adicionalmente, em 2014 houve promulgação da Lei 12.973/2014, que veio a substituir a Medida Provisória - MP 627/13,

medida que tinha como objetivo suceder o RTT e adaptar o conjunto de regras fiscais as novas normas contábeis convergentes ao padrão internacional (SOUZA, 2016).

Após a promulgação da Lei n. 11.638 em 2007, CPC começou a emitir seus Pronunciamentos Técnicos para que proporcionassem a aplicação da nova lei já em meados de 2008. Neste ano foram elaborados 15 Pronunciamentos Técnicos e duas Orientações Técnicas. Dentre os pronunciamentos, pode-se destacar a emissão do CPC 03, elaborado a partir do IAS 07, que permitia que as empresas elaborassem e publicassem a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC) já com o novo modelo contábil (SALOTTI; CARVALHO; MURCIA, 2015).

Finalmente, no ano de 2010, a convergência às normas internacionais foi viabilizada com a aplicação da IFRS 1 – *First Time Adoption of IFRS*, traduzida e aprovada no Brasil como o CPC 37 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, que tinha como objetivo

[...] garantir que as primeiras demonstrações contábeis de uma entidade de acordo com as Normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standards Board*, doravante referenciadas como IFRSs – *International Financial Reporting Standards*, e as demonstrações contábeis intermediárias para os períodos parciais cobertos por essas demonstrações contábeis contenham informações de alta qualidade que: (a) sejam transparentes para os usuários e comparáveis em relação a todos os períodos apresentados; (b) proporcionem um ponto de partida adequado para as contabilizações de acordo com as IFRSs; e (c) possam ser geradas a um custo que não supere os benefícios (CPC, 2011, p.3-4).

Através desta mudança cultural do padrão contábil brasileiro, no qual se tem o princípio como primazia, dois elementos pouco existentes na antiga contabilidade passaram a ter mais evidência: o julgamento profissional e a subjetividade. Ambos afetam todos os tipos de integrantes da informação contábil, tais como os que preparam, auditam e regulamentam ou usuários internos que passam por todo o processo da contabilidade desde a mensuração até a divulgação. Os preparadores das DFs precisam julgar se elementos contábeis são passíveis de reconhecimento e podem ser mensurados. Da mesma forma, a subjetividade também pode ser necessária neste momento, especialmente no que tange a mensurações relacionadas a estimativas.

Além disso, ao mesmo tempo em que a convergência das normas internacionais trouxe mais responsabilidades e obrigações, benefícios também podem ser observados, tais como como políticas contábeis mais flexíveis, inserção de empresas brasileiras no mercado internacional, maior qualidade da informação contábil, melhor capacitação em âmbito internacional dos usuários da informação contábil e uma maior comparabilidade entre as empresas do Brasil ou fora dele (HOPFNER; BUENO; DE BRITO, 2013).

Até março de 2016, o CPC emitiu: O Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, 47

Pronunciamentos Técnicos, 20 Interpretações e oito Orientações. Haja vista todas estas mudanças, Salotti, Carvalho e Murcia (2015) afirmam que após a implementação dos Pronunciamentos Técnicos, os princípios contábeis normalmente aceitos (BR GAAP) foram bruscamente alterados. Com isto as empresas adotando os novos CPC's em suas DFs aderiam de forma indireta as normas internacionais de contabilidade – IFRS.

A comparabilidade é considerada um dos grandes benefícios da convergência as normas internacionais. Além de poder detectar se demonstrações de companhias diferentes são comparáveis, ela pode trazer aos usuários informações relevantes acerca das empresas que ele está investindo ou mesmo analisando, possibilitando uma melhor tomada de decisão.

2.2 COMPARABILIDADE

Os usuários que analisam a DCs estão cada vez mais exigentes na qualidade da informação. Para que possam usufruir melhor de informações contábeis para tomarem decisões, é necessário que haja parâmetros similares entre elas. Ou seja, para que informações acerca de determinado evento contábil possam ser comparadas, eles precisam ter bases semelhantes para mensuração e avaliação.

Para que isso possa acontecer a Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Financeiro (CPC 00 (R1), 2011) divulga que existem características qualitativas fundamentais como a relevância e a representação fidedigna e características qualitativas de melhoria como a comparabilidade, verificabilidade, tempestividade e compreensibilidade, cujo estas características transformam a informação relevante.

Entre as características qualitativas de melhoria, a comparabilidade tem como objetivo possibilitar que o usuário das DCs compare uma informação no mesmo período de tempo, entre entidades do mesmo país ou de países diferentes. E o CPC 00 (R1) (2011) divulga que

comparabilidade é a característica qualitativa que permite que os usuários identifiquem e compreendam similaridades dos itens e diferenças entre eles. Diferentemente de outras características qualitativas, a comparabilidade não está relacionada com um único item. A comparação requer no mínimo dois itens. (CPC, 2011, p.20).

Em conformidade com o CPC 00 (R1) (2011), de Souza *et al.* (2015) afirmam que a comparabilidade é uma característica essencial para a análise de DCs dentro do mesmo país ou fora dele, pois tem o objetivo de mostrar ao usuário informações similares ou distintas. Iudícibus (2015, p.66) corrobora esse entendimento ao afirmar que tal característica “deve proporcionar ao usuário o discernimento da evolução, no tempo, da entidade observada ou

comparações entre entidades distintas, não devendo, entretanto, constituir entrave para evolução qualitativa da informação”. Ou seja, a comparabilidade pode melhorar o entendimento da variação das informações contábeis no tempo, mas nem sempre essa evolução é comparável.

Tibúrcio e Niyama (2013, p.34) afirmam que

a contabilidade é a principal linguagem de comunicação dos agentes econômicos na busca de oportunidades de investimentos e na avaliação do risco de suas transações. A existência de práticas contábeis distintas tem sido um problema para melhor compreensão e comparabilidade das informações de natureza econômico-financeira. Por essa razão, procura-se, com a convergência das normas contábeis no mundo, facilitar o processo de comunicação.

Reina, Reina e Silva (2014) acreditam que com a convergência aos padrões internacionais as divergências de informações contábeis tendem a diminuir e a comparabilidade entre as informações tendem a aumentar em virtude de que anteriormente a convergência contábil de cada país tinha um modelo próprio de contabilidade, como por exemplo, o Brasil que usava o BR GAAP.

Com isto, pode-se confundir o conceito de comparabilidade com o de uniformidade. A fim de que duas ou mais informações possam ser comparáveis, estas informações tem que parecer iguais e não melhorar duas informações diferentes para que possam ser iguais. (CPC 00, 2011; SOUZA *et al.*, 2015).

O nível de comparabilidade entre as empresas pode ser analisado em diversos Pronunciamentos Técnicos como CPC 04 – Ativo Intangível, CPC 16 (R1) – Estoques, CPC 27 – Ativo Imobilizado e CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. (REINA; REINA; SILVA, 2014). O Pronunciamento Técnico sobre estoques (CPC 16 (R1)) é um dos pronunciamentos que pode trazer ao usuário um nível de comparabilidade real e relevante, pois nele é contido sua forma de avaliação, mensuração e evidenciação.

2.3 ESTOQUES

Os estoques são essenciais para companhias, especialmente para as que trabalham com produção e comercialização de produtos. No Brasil, o CPC 16 (R1) já teve uma revisão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Em âmbito mundial, o IASC em 1993 emitiu o IAS 2 – Estoques, aprovado no Brasil em 2009 como CPC 16 – Estoques. A vigência da norma se iniciou no ano seguinte, 2010, sendo revisado em 2013. Estoques são conceituados, nos termos do CPC 16 (R1), como:

Estoques são ativos:

- (a) mantidos para venda no curso normal dos negócios;
- (b) em processo de produção para venda; ou
- (c) na forma de materiais ou suprimentos a serem consumidos ou transformados no processo de produção ou na prestação de serviços. (CPC, 2013, p. 2)

Conforme comentado em Seção anterior, os Pronunciamentos Técnicos são editados pelo CPC. Todavia, para que eles tenham validade no país, é necessário que sejam aprovados pelos Órgãos Reguladores interessados. A aprovação torna obrigatória a adoção dos CPCs pelas companhias vinculadas a seus respectivos reguladores. O Quadro 1 apresenta estes reguladores e seus atos de aprovação que validaram o CPC 16 (R1) no Brasil.

Quadro 1– Entidades reguladoras e atos de aprovação do CPC 16 (R1) no Brasil

Reguladores	Entidades Reguladas	Aprovação
Comissão de Valores Mobiliários (CVM)	Companhias de capital aberto	Deliberação nº 575 alt. 624/10
Conselho Federal de Contabilidade (CFC)	Profissionais de contabilidade	NBC TG 16 (R1)
Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL)	Companhias de Energia Elétrica	Resolução Normativa 605/14 Manual
Agência Nacional de Saúde Complementar (ANS)	Companhias de planos de saúde privados	Resolução Normativa 322/13 Anexo I
Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)	Companhias de seguros, previdência complementar, capitalização e resseguros	Circular nº483/14 Anexo IV
Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)	Companhias de infraestrutura ferroviária e transporte terrestre	Resolução 3.847 e 3848/12 Manual

Fonte: CPC 16 (R1).

Segundo Martins *et al.* (2013, p. 79), “os estoques são bens tangíveis ou intangíveis adquiridos ou produzidos pela empresa com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal de suas atividades”. Estes ativos também podem ser definidos como um capital investido na empresa, os quais são armazenados e vendidos, podendo ser normal a sua perda pelo termino de validade, extravio, roubo ou fraude cometida na empresa (FIGUEIREDO; FLURY, 2006).

Os estoques compreendem bens adquiridos e destinados à venda, incluindo, por exemplo, mercadorias compradas por um varejista para revenda ou terrenos e outros imóveis para revenda. Os estoques também compreendem produtos acabados e produtos em processo de produção pela entidade e incluem matérias-primas e materiais aguardando utilização no processo de produção, tais como: componentes, embalagens e material de consumo. No caso de prestador de serviços, os estoques devem incluir os custos do serviço, [...], para o qual a entidade ainda não tenha reconhecido a respectiva receita. (CPC;2009, p.3)

Segundo a Lei nº 6.404/76 em seu artigo 183 II, a mensuração dos estoques devem ser feitas pelo custo de aquisição, ajustada a valor de mercado quando este for menor. Da mesma

forma, o CPC 16 (R1) afirma que “os estoques objeto deste Pronunciamento devem ser mensurados pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, dos dois o menor” (CPC, 2009, p.3).

Os custos de estoques englobam: os custos de aquisição, os custos de produção e outros custos. O primeiro inclui, além do preço de compra, todos os impostos não dedutíveis, o transporte e todo o custo que esteja correlacionado com a aquisição. O segundo inclui todo o custo de mão de obra, além de custos fixos e variáveis para que este produto seja fabricado. O último agrega todos aqueles custos que não são de aquisição nem de produção (LEMES; CARVALHO, 2010).

Padoveze, Benedicto e Leite (2012, p. 262) afirmam que “valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos estimados necessários para se concretizar a venda”.

Um termo importante para a mensuração dos estoques é o valor justo, caracterizado como “o preço pelo qual uma transação ordenada para a venda do mesmo estoque no mercado principal (ou mais vantajoso) para esse estoque ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração” (CPC, 2009, p.3). O valor realizável líquido é específico para cada entidade, já o valor justo não é. Por consequência, o valor realizável líquido pode não ser equivalente ao valor justo (CPC, 2009).

Através do tipo de mensuração, os estoques podem ser avaliados de acordo com Montoto, Lenza (2015) por quatro métodos distintos, que são: Método do preço específico, Método de varejo, Métodos periódicos e os métodos permanentes. Método do preço específico é um método usado para revendas de grande valor ou revendas de estoques pequenos, no qual é usado o preço de aquisição para a base do seu custo. O CPC 16 (R1) divulga que “o custo dos estoques de itens que não são normalmente intercambiáveis e de bens ou serviços produzidos e segregados para projetos específicos deve ser atribuído pelo uso da identificação específica dos seus custos individuais” (CPC, 2009, p.6).

Lemes e Carvalho (2010) afirmam que o método de varejo é usado por empresas com uma grande quantidade de itens, alto grau de circulação e margens homogêneas, ficando inviável outro tipo de avaliação. Em parença com os autores, Montoto e Lenza (2015) destacam que o método é usado por empresas de estoques notáveis e que este método determina para cada departamento um *mark-up* sobre o custo de aquisição. Este *mark-up* indica o fator que mostra o lucro sobre o custo.

O Método de inventário periódico é o método em que a empresa controla seus estoques em determinadas partes do tempo, sendo bimestral, semestral ou anual. Este método segundo o

Parecer Normativo CST (código situação tributária) número seis, item 2.4 afirma que a quantidade do estoque é calculada por contagem física, o custo, é o valor mais atual e constante da nota fiscal e o valor é o total do custo multiplicado pela quantidade.

O método de inventário permanente é, normalmente, usado por quase todas as empresas, e consiste em um controle de todas as entradas e saídas dos itens em estoques com a finalidade de a qualquer instante saber a posição dos seus estoques e o custo da mercadoria vendida. Segundo Montoto e Lenza, (2015, p. 471)

os métodos permanentes proporcionam informação constante dos custos das mercadorias vendidas e do valor dos estoques. Desta forma haverá, um controle mais rigoroso dos estoques. Existem quatro métodos mais conhecidos de controle de estoques: PEPS, UEPS, MPM e MPF. Apenas o UEPS não autorizado pela legislação do Imposto de Renda.

Segundo o CPC 16 (R1) qualquer avaliação que não seja feita pelo valor específico, terá que ser feita ou pelo método PEPS ou pela média ponderada, móvel ou fixa (CPC, 2009). O Quadro 2 demonstra os quatro métodos permanentes mais conhecidos.

Quadro 2 – Métodos de avaliação de estoques mais conhecidos

PEPS – Primeiro que Entra primeiro que Sai	UEPS – o Último que entrar é o primeiro a Sair	MPM (Média Ponderada Móvel)	MPF (Média Ponderada Fixa)
Significa que o primeiro item a entrar em estoque, será o primeiro a sair quando mercadoria for vendida	Significa que o último item a entrar em estoque, será o primeiro a sair quando a mercadoria for vendida	Neste método é feita uma média das mercadorias em estoque, a cada item que é estocado.	Neste método é feita uma média dos itens de no máximo um mês. Soma o estoque inicial, o que foi comprado e divide pela quantidade total.

Fonte: Adaptado de Montoto e Lenza (2015); Padoveze, Benedicto e Leite (2012).

Após as mercadorias serem estocadas, elas passam ou por um processo de venda ou para uso numa prestação de serviço. Os custos destas mercadorias vendidas são sempre reconhecidos no mesmo período que sua receita. Já as perdas e reduções ao valor realizável líquido são reconhecidos como despesa, no período em que ocorreu o acontecimento. Por fim, qualquer reversão destas reduções ao valor realizável líquido é reconhecida como uma redução no valor que originou esta despesa (LEMES; CARVALHO, 2010; CPC 16 (R1), 2009).

Padoveze, Benedicto e Leite (2012), afirmam que a divulgação deve ser feita nas DCs em notas explicativas (NEs) sobre estoques, em cujo conteúdo devem conter a política adotada na mensuração, critério de custeio, o valor total dos estoques, o valor dos custos em seus subgrupos, os valores que foram reduzidos a valor recuperável líquido e a quantia escriturada em garantia de pagamentos. Tais informações esclarecem os usuários de informações acerca

da valoração dada aos estoques e a forma como os custos importantes ativos são alocados nas empresas.

Com a adoção das normas internacionais em 2010, o CPC 16 (R1) – Estoques de acordo com IAS 2 divulga que

“As demonstrações contábeis devem divulgar:

- (a) as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;
- (b) o valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade;
- (c) o valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda;
- (d) o valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;
- (e) o valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período de acordo com o item 34;
- (f) o valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período de acordo com o item 34;
- (g) as circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques de acordo com o item 34; e
- (h) o montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

(CPC, 2013, p.9)

Portanto, desde 2010, as empresas de capital aberto precisam divulgar em suas DFs na parte de estoques todos os itens solicitados neste Pronunciamento. Este padrão de divulgação é solicitado para que todos os usuários da informação contábil consigam a partir da leitura do mesmo, compreender como são reconhecidos, mensurados e evidenciados esses ativos, denominados de estoques, e também para que exista uma maior comparabilidade entre as empresas.

2.4 PESQUISAS SIMILARES

Por meio de pesquisas relacionadas à convergência das normas internacionais e da comparabilidade, foi possível construir bases para fundamento teórico desta pesquisa. Geron (2008) analisou, durante aproximadamente trinta anos, as mudanças mais importantes naquela época como criação da Lei 6.404/76, correção monetária de 90, a primazia da essência sobre a forma, a criação do IASB, a criação do CPC e as principais mudanças com a promulgação da Lei 11.638/07.

Silva *et al.* (2009) estudou os impactos da promulgação da Lei 11.638/07, as dificuldades para empresas de capital aberto, tais como as de saneamentos, com a adoção das IFRS e os impactos causados no patrimônio e no resultado após a convergência. A pesquisa foi feita através da aplicação de questionário aos profissionais responsáveis pelas informações e revelou que houve um grande impacto tanto no patrimônio quanto no resultado da empresa do setor de saneamento.

Mapurunga, Meneses e Peter (2011) analisaram as ações desenvolvidas para o processo de convergência das normas internacionais tanto no setor público quanto no privado. Esta pesquisa foi feita através pesquisa bibliográfica e documental. Concluiu-se que para que o Brasil pudesse se incluir no contexto atual dos mercados, é relevante a convergência das normas internacionais tanto no setor público quanto no privado.

Hopfner, Bueno e Brito (2013) estudou os impactos no processo de adoção das normas internacionais e os reflexos na contabilidade, salientando os pontos positivos e negativos da adoção. Esta pesquisa teve uma abordagem qualitativa e foi baseada em livros, periódicos e artigos de congressos da Universidade de São Paulo - USP. Como pontos positivos foram encontrados como relevância e melhoria da qualidade das informações, contabilidade baseada em princípios e a valorização dos profissionais contábeis e como ponto negativo a necessidade da atualização dos profissionais da área contábil.

Macedo, Machado e Machado (2013) realizaram uma comparação da informação contábil antes e depois da primeira fase de convergência das normas internacionais no Brasil que ocorreu em 2008. Como resultado se teve as diferenças no *value relevance* da informação contábil de Lucro Líquido por Ação (LLPA) e Patrimônio Líquido por Ação (PLPA) e o ganho do conteúdo informacional do (LLPA) com a introdução do valor justo na prática contábil.

Lemes e Carvalho (2009) analisaram a materialidade das diferenças de reconciliação de lucros da empresa que divulgavam seus resultados segundo BR GAAP e US GAAP. Nesta pesquisa foi aplicado o Índice de Comparabilidade de Gray em 30 empresas Brasileiras entre 2000 e 2005, chegando a um resultado expressivo de não comparabilidade entre as empresas.

Freri e Salotti (2013) analisaram entre os anos de 2010 e 2011 a comparabilidade de empresas que possuem propriedades para investimentos. Com a pesquisa foi possível verificar quais empresas analisam pelo método de custo ou valor justo. Conclui-se que dentre as seis empresas analisadas somente duas utilizam o valor justo não se alterando durante os anos, ficando assim, quatro empresas incomparáveis a estas duas.

Souza *et al.* (2015) também analisaram a escolha de empresas brasileiras e portuguesas pelo método de custo ou valor justo para propriedades para investimentos (PPI) entre os anos de 2010 a 2012. O objetivo da pesquisa era saber o grau de comparabilidade entre as empresas e os países. Como resultado se teve uma comparabilidade média entre as empresas dos países diminuindo o índice durante os anos estudados

Reina, Reina e Silva (2014) investigaram o nível de comparabilidade dos relatórios financeiros de empresas brasileiras do Índice Brasil 50 (IBrX-50) após adoção das normas internacionais referente aos CPCs 16 - Estoques, 27 – Ativo Imobilizado, 04 – Ativo Intangível

e 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, calculando a comparabilidade através do índice *T index*. Como resultado as empresas tiveram um nível de comparabilidade médio. Mais detalhes sobre este indicador são apresentados no Capítulo 3.

Fabiano (2012) pesquisou o nível de comparabilidade, nacional e internacional, das DFs de 66 empresas, pertencentes aos setores de Petróleo e Gás, Siderurgia e Mineração e Energia, de países componentes do BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China). Por meio de uma pesquisa descritiva e de análise de conteúdo, utilizando o indicador *T Index* desenvolvido através dos estudos de Taplin (2004). Chegou-se à conclusão que durante os anos de 2006 a 2010, o índice de comparabilidade internacional (*Internacional Index*) das DFs obteve uma queda no seu índice. Porém em relação aos índices nacionais, a China obteve índice de comparabilidade máximo, a Índia apresentou um crescimento no seu índice e Brasil e Rússia obtiveram uma queda na comparabilidade nesta série histórica.

Internacionalmente, o tema também é discutido na literatura. Astami *et al.* (2006) estudaram o nível de harmonização de práticas contábeis em cinco países asiáticos. As práticas de depreciação, tratamento do *goodwill*, avaliação de ativos fixos (imobilizado) e mensuração de estoques foram mensuradas com base no índice T. Os autores verificaram uma diferença significativa no nível de harmonização das práticas entre as companhias. Nesse sentido, não há um alinhamento de práticas contábeis entre esses países, o que pode dificultar a comparação entre DCs.

De Franco, Kothari e Verdi (2011) analisaram empiricamente os benefícios da comparabilidade para os usuários das DCs. Os autores desenvolveram um modelo próprio de mensuração por meio do qual constataram que a comparabilidade reduz o custo de aquisição da informação, além de melhorar a qualidade e a quantidade das informações disponíveis.

Yip e Young (2012) examinaram se a obrigatoriedade na adoção das IFRS por países da União Europeia melhora a comparabilidade das informações financeiras. Como resultados, observou-se que a adoção obrigatória melhora a comparabilidade das informações quando comparadas entre países. Além disso, a convergência às normas e a melhora na qualidade da informação se mostraram possíveis determinantes na melhora da comparabilidade nestes países.

Portanto verificou-se que através das pesquisas de adoção as normas internacionais de contabilidade, houve uma melhora na informação contábil na simetria informacional. Também constatou-se por meio das pesquisas de comparabilidade houve uma melhora nesta característica o que pode contribuir para uma melhor análise a usuários externos.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Esta pesquisa tem caráter descritivo, pois procura descrever características pertinentes aos estoques das empresas do setor de varejo listadas na BM&FBOVESPA. Para Richardson (1998) a análise descritiva tem “o propósito de fazer afirmações para descrever aspectos de uma população ou analisar a distribuição de determinadas características ou atributos.

Em conformidade com autor anterior, Gray (2012, p.180) afirma que “as pesquisas de levantamento descritivas visam avaliar as características de uma determinada população, em determinado momento ou comparativamente, ao longo do tempo”. Nestas pesquisas os pesquisadores não centralizam a atenção no porquê em avaliar tal distribuição e sim no que ocorreu (RICHARDSON, 1999; GRAY, 2012).

Com respeito à parte metodológica pode-se constatar que a pesquisa é tanto quantitativa, pois busca pesquisar aspectos estatísticos na comparabilidade dos estoques, quanto qualitativa, pois procura apurar informações relevantes nesta análise da comparabilidade dos estoques. O método quantitativo para Richardson (1999, p.70) “caracteriza-se pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas”. O autor ainda afirma que este método “representa em princípio, a intenção de garantir a precisão de resultados, evitar distorções de análise e interpretação, possibilitando, consequentemente, uma margem de segurança quanto as inferências”.

Para Martins e Theóphilo (2009, p.141), “a pesquisa qualitativa também é conhecida como pesquisa naturalística, uma vez que para estudar um fenômeno relativo às ciências humanas e sociais é necessário que o pesquisador entre em contato direto [...] com o ambiente no qual está inserido”. O autor também caracteriza a pesquisa qualitativa como descritiva, indutiva e com uma preocupação com os dados. Para Gray (2012), “Embora, mesmo hoje, a pesquisa qualitativa seja considerada menos valida e confiável [...] os dados qualitativos podem ser uma poderosa fonte de análise”.

A coleta foi executada a partir de dados secundários, pois esta coleta segundo Gray (2009) contém dados obtidos de documentos primários de outras pessoas. Esta pesquisa também é documental pois conforme Gray (2012, p.88) “busca material que não foi editado, como [...] relatórios”. A pesquisa foi elaborada através de Demonstrações Financeiras Padronizadas e Notas Explicativas do ativo estoques retirados da BM&FBOVESPA das empresas estudadas.

3.2 AMOSTRA E COLETA DE DADOS

A amostra da pesquisa foi levantada por meio do *Ranking* das 120 maiores empresas do setor de varejo de 2015 emitido pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR). As empresas pertencentes à amostra da pesquisa são abertas e situadas na BM&FBOVESPA. Optou-se por trabalhar com essas empresas pela não disponibilidade de DFs e NEs pelas companhias de capital fechado.

No *Raking*, foram encontradas 14 empresas situadas na BM&FBOVESPA. No Quadro 3 são demonstradas as empresas encontradas, sua colocação e seu Nível de Governança estabelecido pela BM&FBOVESPA.

Quadro 3 – Empresas abertas do ranking, com colocação e nível de governança

VAREJO		
NOME	COLOCAÇÃO	NÍVEL
GRUPO PÃO DE AÇUCAR	1º	N1
LOJAS AMERICANAS	4º	-
MAGANIZE LUIZA	5º	NM
RAIA DROGASIL	10º	NM
GRUPO GUARARAPES	13º	-
LOJAS RENNER	15º	NM
BRASIL PHARMA	22º	NM
LOJAS MARISA	25º	NM
DIMED	40º	-
CIA HERING	42º	NM
LIVRARIA SARAIVA	45º	N2
IMC	52º	NM
AREZZO	70º	NM
BR HOME CENTER	92º	MA

Fonte: Adaptado do Ranking IBEVAR (2015).

O mecanismo de coleta dos dados foi a análise de conteúdo. Observaram-se as informações apresentadas nas DFs e nas Notas Explicativas (NEs) das companhias abertas no tocante aos estoques. Com base nestas informações, elaboraram-se *checklists* para levantar as informações apresentadas.

Analisou-se um total de 72 DFs entre os anos de 2010 e 2015 emitidas pelas empresas no site da BM&FBOVESPA com o objetivo de verificar se as empresas analisadas estão cumprindo as exigências de divulgação do Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) – Estoques.

Algumas empresas como a *Internacional Meal Company Alimentação S.A.* (IMC) e BR Home Centers S.A. tiveram somente as DFs de 2014 e 2015 analisados devido seus ingressos

na BM&FBOVESPA ocorrerem somente em 2014. A empresa Brasil Pharma, com o ingresso em 2011, possui somente demonstrações entre 2011 e 2015.

As empresas analisadas estão situadas em dois grandes setores da BM&FBOVESPA, o setor de consumo cíclico e o de consumo não cíclico. O primeiro representa o “consumo sensível aos ciclos econômicos como vestuário, utilidades domésticas, lazer, hotéis e restaurantes, também chamado de consumo discricionário”, enquanto o segundo é o “consumo recorrente que não depende de um determinado ciclo da economia como agropecuária, alimentos processados, bebidas, cosméticos e saúde” (ÓRAMA, 2016, p.1).

Na Tabela 1 é demonstrada a quantidade de empresas em cada setor e segmento da BM&FBOVESPA.

Tabela 1 – Quantidade de empresas por setor e segmento

SETOR	SEGMENTO	QUANTIDADE	TOTAL
CONSUMO CÍCLICO	Eletrodomésticos	1	9
	Produtos Diversos	1	
	Tecidos, Vestuário e Calçados	5	
	Restaurantes e Similares	1	
	Jornais, Livros e Revistas	1	
CONSUMO NÃO CÍCLICO	Medicamentos	3	5
	Comércio de Material de Construção	1	
	Alimentos	1	
TOTAL		14	14

Fonte: Adaptado da BM&FBOVESPA (2016).

No setor cíclico (Tabela 1), foi constatado que existiam nove empresas dos seguintes segmentos: tecidos, vestuário e calçados (5); eletrodomésticos (1); produtos diversos (1); restaurantes e similares (1); e jornais, livros e revistas (1). Já no setor não cíclico (Tabela 1) verificou-se que existem um total de cinco empresas, cujo segmento correspondia a medicamentos (3), comércio de material de construção (1) e alimentos (1).

A partir disto, verificou-se as normas contábeis relacionadas aos estoques, constatando que em 2013, alguns Pronunciamentos Técnicos, entre os quais o CPC 16 (R1), passaram por revisão de conteúdo. Com base nisso, comparou-se o antigo pronunciamento (CPC 16) com o atual (CPC 16 (R1)), com vistas a verificar se houve alteração nas formas de mensuração e avaliação dos estoques. Essa mudança poderia afetar a comparabilidade das informações antes e após a revisão. Contudo, constatou-se que os métodos de mensuração e avaliação dos estoques não foram afetados.

Após análise feita no CPC 16 (R1), passou a se analisar as informações contidas nas NEs. Com isto, constataram-se dentro da mensuração dos estoques das empresas, dois métodos,

o valor de custo e o valor realizável líquido. A partir disto, foi considerado como valor de custo todas as empresas que apresentam saldos em estoque, contendo ou estimativas para perdas por obsolescência ou quebra, e que não alegaram mensurar seus estoques pelo valor realizável líquido. As empresas que demonstraram em suas NEs circunstâncias para que haja redução do valor dos estoques, com perda por desvalorização, foi considerado como mensuração por valor realizável líquido.

Já na avaliação dos estoques verificou-se que existiam diversas nomenclaturas quanto a avaliação pelo custo médio. Nesse sentido, considerou-se como custo médio todas as formas de divulgação usadas pela empresa como: custo médio, custo médio de aquisição, custo médio ponderado, custo médio ponderado móvel. Após constatar as empresas que avaliaram pelo custo médio, foi efetuada uma divisão entre as empresas que dentro do custo médio, utilizavam o método de cálculo a média ponderada ou da média ponderada móvel, ou por fim as empresas que não identificavam o método de cálculo.

3.3 TÉCNICA DE ANÁLISE DE DADOS

Para análise de dados primeiramente foi feito um *checklist* dos métodos de mensuração e avaliação dos estoques que as empresas utilizavam dos anos de 2010 a 2015, conforme mostra o Quadro 4.

Quadro 4 – Checklist dos métodos de mensuração e avaliação dos estoques

DIVULGAÇÃO/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. MENSURAÇÃO						
1.1 Valor de custo						
1.2 Valor realizável líquido						
1.3 Não Identificado						
2. AVALIAÇÃO						
2.1 PEPS						
2.2 Específico						
2.3 Custo Médio						
2.4 Não identificado						

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados da pesquisa.

Este *checklist* (Quadro 4), tem com finalidade levantar todos os dados quanto a mensuração e avaliação durante toda a série histórica. A partir deste levantamento é possível verificar a quantidade de empresas que mensuraram pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido, assim como aquelas que avaliaram pelo PEPS, valor específico ou custo médio.

Posteriormente, fez-se um outro *checklist* para verificar se todos os itens obrigatórios do CPC 16 (R1) – Estoques, foram devidamente cumpridos. Com isto é verificado no Quadro 5 como é feito este *checklist*.

Quadro 5 – Checklist de divulgação dos itens obrigatórios do CPC 16 (R1) – Estoques entre os anos de 2010 a 2015

DIVULGAÇÃO/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
3. DIVULGAÇÃO						
3.1 Valor total Escriturado em Estoques						
3.2 Valor registrado em outras contas apropriadas para entidade						
3.3 Valor escriturado pelo valor justo menos o custo de venda						
3.4 Valor de estoque reconhecido como despesa						
3.5 Valor de qualquer redução dos estoques reconhecida no resultado (Estimativa)						
3.6 Circunstâncias/Acontecimentos para Reversão						
3.7 Montante Escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos						

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com este *checklist*, é possível verificar se as empresas, durante o período analisado, estão divulgando de forma integral todos os itens exigidos pelo CPC 16 (R1) – Estoques. Assim, pode-se identificar a quantidade de empresas que divulgaram integralmente, parcialmente ou não divulgaram os itens exigidos pelo CPC 16 (R1).

Por último, na análise descritiva dos dados, também se efetuou um levantamento dos estoques em relação ao ativo total da empresa. Esta relação fornece uma base de quanto o ativo da empresa está influenciado pelo montante contabilizado em estoques.

Após o levantamento dos dados mediante o uso dos *checklists*, analisou-se o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração e avaliação dos estoques. Para tal, adotou-se o índice T de harmonia proposto por Taplin (2004). O índice mensura em que medida as contas contábeis de diferentes companhias podem ser comparáveis, considerando suas diferentes práticas. O modelo é representado pela seguinte equação:

$$T = \sum_{i=1}^N \sum_{j=1}^N \sum_{k=1}^M \sum_{l=1}^M \alpha_{kl} \beta_{ij} P_{ki} P_{lj}$$

Em que:

α_{kl} é o coeficiente de comparabilidade entre métodos contábeis k e l ;

β_{ij} é o peso de comparabilidade das empresas nos países i e j (probabilidade de as companhias selecionadas pertencerem a determinado país);

P_{ki} é a proporção de empresas no país i que utiliza o método contábil k ;

P_{lj} é a proporção de empresas no país j que utiliza o método contábil l ;

M é a quantidade de métodos contábeis utilizados na pesquisa (rotulados de 1 a M); e

N é a quantidade de países integrantes da amostra (rotulados de 1 a N).

O índice varia de 0 (métodos não comparáveis) a 1 (total comparabilidade). O cálculo dos índices será feito mediante o software *T-Index Calculator*, disponibilizado pelo Professor Ross H. Taplin via endereço eletrônico. O indicador apresenta três diferentes abordagens: *between country*, com enfoque em países diferentes; *within country*, com enfoque dentro de um único país, e *overall*, em que se compara todas as companhias independentemente de seu país de origem.

Essa pesquisa trabalha com a abordagem *within country*, com foco em estoques de companhias brasileiras. O método se alinha aos trabalhos nacionais de Reina, Reina e Silva (2014) e de Fabiano (2012).

Finalmente, a comparação das práticas de divulgação dos estoques nas companhias é feita mediante o uso do *checklist* apresentado no Quadro 4. Pretende-se verificar se as informações requeridas pelo CPC 16 (R1) estão sendo cumpridas (*compliance*), tendo em vista que sua não divulgação também afeta a comparabilidade e, por conseguinte, a qualidade das informações contábeis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Este tópico tem o propósito de apresentar as informações coletadas e analisá-las com o intuito de responder a questão de pesquisa e alcançar os objetivos propostos. Por meio de tabelas e gráficos, foi realizado o levantamento da mensuração, avaliação e divulgação dos estoques das empresas varejistas, para na sequência se obter o nível de comparabilidade das práticas contábeis do estoque.

A pesquisa é composta por 14 empresas cujas DCs foram analisadas entre os anos de 2010 a 2015. As empresas estudadas são integrantes do *ranking* do Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo (IBEVAR, 2015) e listadas na BM&FBOVESPA, presentes em dois setores: cíclico e não cíclico.

4.1 ANÁLISE DESCRITIVA DOS ESTOQUES

As empresas foram analisadas primeiramente quanto o seu método de mensuração e avaliação, mostrando a sua proporção em relação ao total de métodos aceito pelo CPC 16 (R1). Isto é demonstrado através da Tabela 2.

Tabela 2 – Método de mensuração e avaliação ao longo dos anos 2010 a 2015

ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. MENSURAÇÃO	11	100%	12	100%	12	100%	12	100%	14	100%	14	100%
1.1 Valor de Custo	6	54,55%	7	58,33%	7	58,33%	7	58,33%	9	64,29%	9	64,29%
1.2 Valor Realizável Líquido	5	45,45%	5	41,67%	5	41,67%	5	41,67%	5	35,71%	5	35,71%
1.3 Não Identificado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2. AVALIAÇÃO	11	100%	12	100%	12	100%	12	100%	14	100%	14	100%
2.1 PEPS	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.2 Específico	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.3 Custo Médio	11	100%	12	100%	12	100%	12	100%	14	100%	14	100%
2.4 Não identificado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

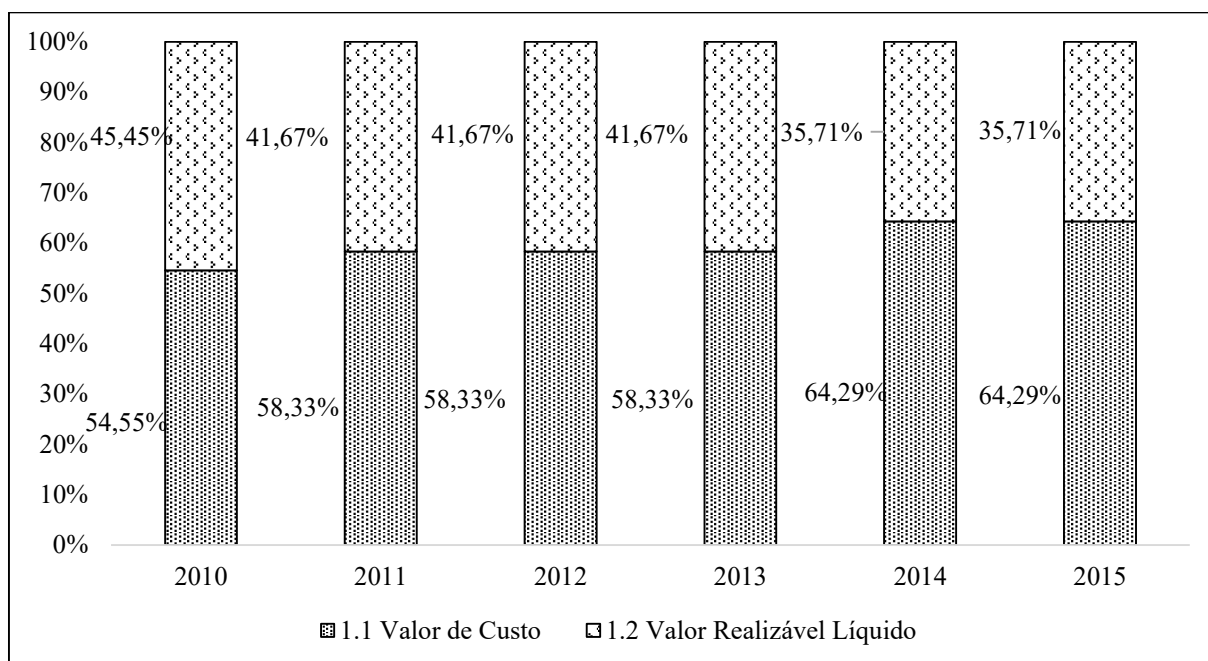
Fonte: elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Constatou-se a partir da Tabela 2, que durante toda a série histórica, houve uma predominância do valor de custo entre os métodos de mensuração. Portanto, em 2010, de 11 empresas, seis (54,55%) mensuraram pelo valor de custo e a outras cinco (45,45%) pelo valor realizável líquido. Com o aumento da amostra até 2015, o panorama da proporção teve uma

mudança, terminando a pesquisa com total de 14 empresas. Entre elas, nove (64,29%) mensuraram pelo valor de custo e as outras quatro (35,71%) pelo valor realizável líquido.

Na parte de avaliação dos estoques, conforme mostra a Tabela 2, todas as empresas durante todo o período analisado avaliaram seus estoques pelo custo médio.

Na sequência, o Gráfico 1 apresenta a evolução dos métodos de mensuração adotados pelas empresas entre os anos de 2010 a 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 1– Percentual referente à mensuração dos estoques entre os anos de 2010 a 2015

Pode-se verificar através do Gráfico 1 que entre os anos de 2010 a 2015, houve uma evolução entre dois métodos de mensuração. O valor de custo, em 2010, representava 54,55% do total de empresas. Até 2015, este método teve um aumento de 9,74 pontos percentuais (p.p) alcançando 64,29% das empresas. Já o valor realizável líquido, em 2010, era utilizado por 45,45% das empresas, porém ao longo o período analisado este método teve uma queda em sua utilização pelas companhias, finalizando o ano de 2015 com 35,71%.

Contudo, na parte de avaliação dos estoques, o método do custo médio se manteve constante dentre todas as empresas da amostra. Todavia, se verificou que o tipo da avaliação do custo médio entre as empresas variava entre si, pois algumas optavam pela média ponderada, outras pela média ponderada móvel e outras não demonstravam em seus relatórios o tipo da média escolhida para a avaliação dos estoques, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3 – Tipos de avaliação pelo custo médio

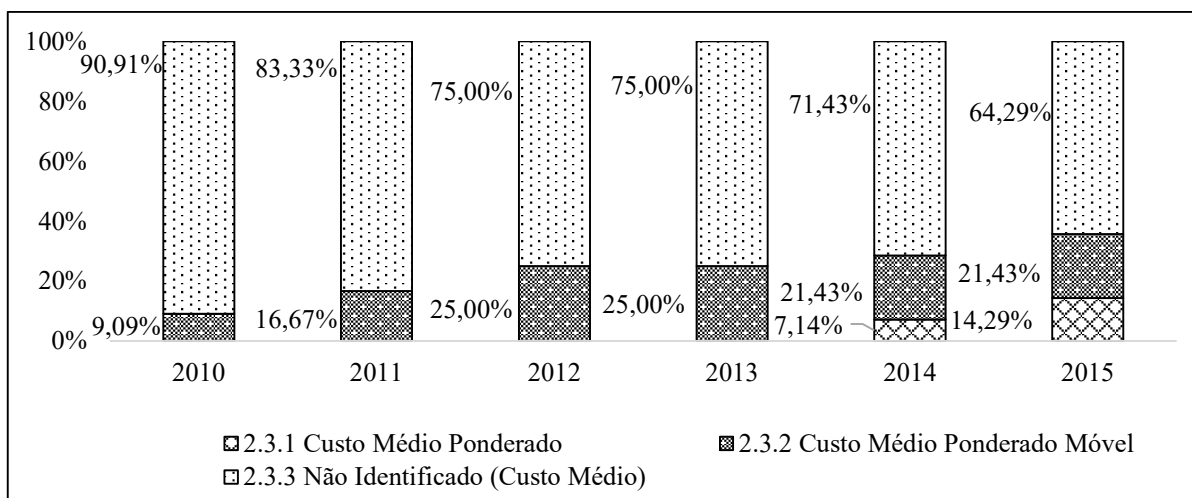
ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3 CUSTO MÉDIO	11	100%	12	100%	12	100%	12	100%	14	100%	14	100%
2.3.1 Custo Médio Ponderado	0	0%	0	0%	0	0,00%	0	0%	1	7,14%	2	14,29%
2.3.2 Custo Médio Ponderado Móvel	1	9,09%	2	16,67%	3	25,00%	3	25,00%	3	21,43%	3	21,43%
2.3.3 Não Identificado	10	90,91%	10	83,33%	9	75,00%	9	75,00%	10	71,43%	9	64,29%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Através da Tabela 3, pode-se constatar que durante todos os anos (2010 a 2015), a maioria das empresas não demonstrou o método de cálculo para chegar ao custo médio. Em 2010, dentre as 11 empresas, apenas uma (9,09%) demonstrava o método de cálculo que consistia na média ponderada móvel. Durante toda a série histórica, algumas empresas começaram a demonstrar como era feito o cálculo, chegando ao final de 2015, com duas (14,29%) empresas calculando pela média ponderada, três (21,43%) pela média ponderada móvel e nove (64,29%) não demonstravam o método de cálculo.

Portanto, pode-se perceber que dentre o ramo varejista, mais da metade das empresas abertas, continuam não divulgando o método de cálculo para chegar ao custo médio. Outro ponto interessante, é que durante a série histórica, somente duas empresas que não divulgavam seu cálculo começaram a divulgar, e as outras três empresas que constam na Tabela 3, eram empresas que divulgavam seu cálculo desde o princípio.

Com o desdobramento dos métodos de cálculo do custo médio, o Gráfico 2 apresenta a evolução entre os anos (2010 a 2015).



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 2 – Percentual de utilização dos métodos de cálculo do custo médio

Conforme exposto no Gráfico 2, houve uma melhora na divulgação das empresas quanto ao método de cálculo para obtenção do custo médio. Em 2010 as empresas que não demonstravam o cálculo, representavam 90,91%, no decorrer do período analisado houve uma redução de 26,62 p.p., terminando 2015, com 64,29%. Já as empresas que divulgavam seu método de cálculo, em 2010 retratavam 9,09% das empresas, em 2015 após toda série histórica, as empresas que divulgavam representam 35,71%. Dentre as empresas que divulgaram, ao final de 2015, 21,43% selecionaram a média ponderada móvel e o restante (14,29%) calculou pela média ponderada.

Portanto, nota-se uma evolução com relação à divulgação do cálculo do custo médio, partindo de apenas uma empresa, no começo da análise, para cinco empresas, representando um pouco mais de 1/3 da amostra.

A partir da análise da mensuração e avaliação do total da amostra, é separada a análise entre os dois setores da BM&FBOVESPA que são: o setor cíclico e o setor não cíclico.

O setor cíclico é composto por nove empresas da pesquisa que estão distribuídas pelos seguintes segmentos: um de eletrodomésticos, um de produtos diversos, cinco de tecidos, vestuário e calçados, um restaurantes e similares e um de jornais, livros e revistas. Com esta composição, na Tabela 4, primeiramente foi analisado os métodos de mensuração e avaliação utilizados por este setor.

Tabela 4 – Método de mensuração e avaliação do setor cíclico ao longo dos anos 2010 a 2015

ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. MENSURAÇÃO	8	100%	8	100%	8	100%	8	100%	9	100%	9	100%
1.1 Valor de Custo	3	37,50%	3	37,50%	3	37,50%	3	37,50%	4	44,44%	4	44,44%
1.2 Valor Realizável Líquido	5	62,50%	5	62,50%	5	62,50%	5	62,50%	5	55,56%	5	55,56%
1.4 Não Identificado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2. AVALIAÇÃO	8	100%	8	100%	8	100%	8	100%	9	100%	9	100%
2.1 PEPS	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.2 Específico	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.3 Custo Médio	8	100%	8	100%	8	100%	8	100%	9	100%	9	100%
2.5 Não identificado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

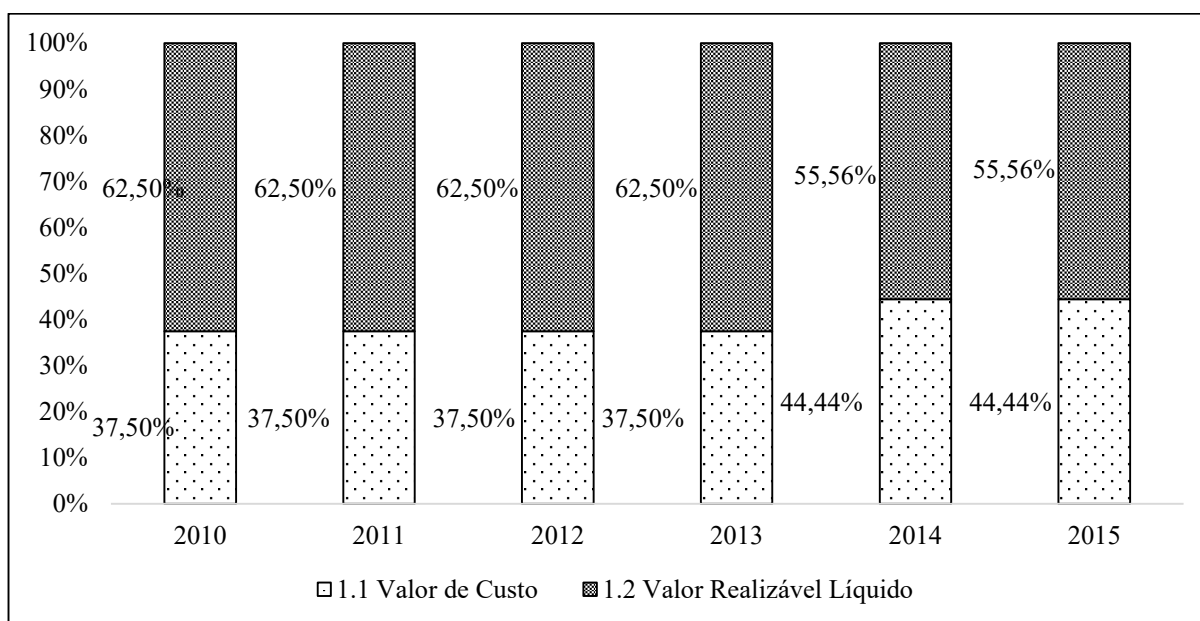
Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A partir da Tabela 4, verificou-se que houve uma predominância da mensuração pelo valor realizável líquido, diferente do que ocorre no total da amostra analisada. Esta predominância pode ser pelo motivo de, dentro do setor cíclico, cinco empresas serem do

segmento de tecido, vestuário e calçados. Este segmento durante todos os anos tem como costume a elaboração de liquidações e promoções. Com isto a maioria das empresas trazem seus estoques ao valor realizável líquido, com exceção da Arezzo Industria e Comercio S.A. que utiliza o valor de custo como mensuração.

Portanto, em 2010, cinco (62,50%) das oito empresas mensuravam seus estoques pelo valor realizável líquido, já as outras três (37,50%) pelo valor de custo. Com a entrada da IMC, em 2014, o setor cíclico terminou 2015, com cinco (44,44%) empresas mensurando pelo valor realizável líquido e quatro (55,56%) pelo valor de custo.

Então, pode-se perceber que as empresas que reduziram seus estoques ao valor realizável líquido, foram do segmento de tecidos, vestuário e calçados e de eletrodomésticos, enquanto o restante dos segmentos não teve circunstâncias para que tal reconhecimento. O Gráfico 3 evidencia a evolução da mensuração entre os anos pesquisados.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 3 – Percentual de utilização dos métodos de mensuração do setor cíclico entre 2010 a 2015

Percebe-se no Gráfico 3 uma pequena evolução na utilização da mensuração pelo valor de custo. Em 2010, estas empresas representavam 37,50% da amostra, já ao final de 2015, compreendiam 44,44% das empresas. Porém, nota-se que o setor cíclico se destaca por segmentos de empresas que trazem seus estoques ao valor realizável líquido devido circunstâncias rotineiras durante o ano, como liquidações e promoções.

Com relação à avaliação, todas as empresas do setor, assim como ocorre com a amostra, avaliam seus estoques pelo custo médio. Porém, dentre estas empresas, algumas demonstram o cálculo para chegar ao custo médio e outras não. Com isto, a Tabela 5, apresenta a quantidade de empresas que demonstraram ou não seus cálculos.

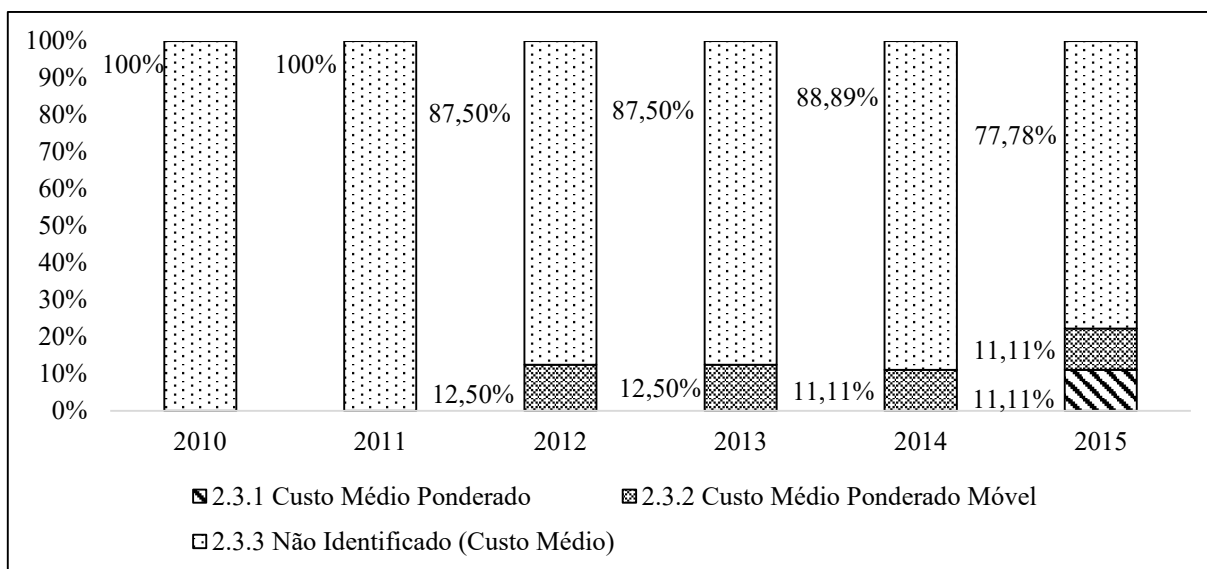
Tabela 5 – Tipos de avaliação pelo custo médio do setor cíclico entre os anos de 2010 a 2015

ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3 CUSTO MÉDIO	8	100%	8	100%	8	100%	8	100%	9	100%	9	100%
2.3.1 Custo Médio Ponderado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	11,11%
2.3.2 Custo Médio Ponderado Móvel	0	0,00%	0	0,00%	1	12,50%	1	12,50%	1	11,11%	1	11,11%
2.3.3 Não Identificado	8	100,00%	8	100,00%	7	87,50%	7	87,50%	8	88,89%	7	77,78%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com relação à Tabela 5, pode-se averiguar que a grande maioria das empresas não demonstra o método de cálculo para chegar ao custo médio. Somente em 2012, a empresa Guararapes Confeções S.A., começou a demonstrar o método do cálculo (média ponderada móvel). Ao final do período analisado, o setor cíclico era composto por nove empresas e dentre elas somente duas (22,22%) demonstravam o método de cálculo: uma pela média ponderada e a outra pela média ponderada móvel.

Pode-se observar que entre os anos estudados, houve uma visível falta de divulgação por parte das empresas, tendo somente duas empresas dos segmentos que apresentam de forma correta o método de divulgação. Com isto, no Gráfico 4, é apresentado o percentual de utilização dos métodos de avaliação pelo Custo Médio entre os anos investigados.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 4 – Percentual de utilização dos métodos de cálculo do custo médio do setor cíclico entre 2010 a 2015

Como constatado anteriormente, entre 2010 e 2011, nota-se a total falta de divulgação das empresas quanto ao método de cálculo para chegar ao custo médio. A partir de 2012 houve uma melhora, porém ainda em 2015, 77,78% das empresas não demonstraram seus cálculos.

Na sequência, é demonstrada a análise do setor não cíclico. Este composto por cinco empresas, dentre elas: três são do segmento de medicamentos, um de comércio de material de construção e um de alimentos. Mesmo sendo um setor com uma quantidade menor de empresas, também se analisou a mensuração e avaliação dos estoques, conforme destaca a Tabela 6.

Tabela 6 – Método de mensuração e avaliação do setor não cíclico ao longo dos anos 2010 a 2015

ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
1. MENSURAÇÃO	3	100%	3	100%	4	100%	4	100%	5	100%	5	100%
1.1 Valor de Custo	3	100,00%	3	100,00%	4	100,00%	4	100,00%	5	100,00%	5	100,00%
1.2 Valor Realizável Líquido	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
1.3 Não Identificado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2. AVALIAÇÃO	3	100%	3	100%	4	100%	4	100%	5	100%	5	100%
2.1 PEPS	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.2 Específico	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
2.3 Custo Médio	3	100%	3	100%	4	100%	4	100%	5	100%	5	100%
2.4 Não identificado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Nota-se na Tabela 6, que durante a série temporal, todas as cinco empresas do setor mensuravam seus estoques pelo valor de custo. Isto acontece igualmente com a avaliação, pois como toda a amostra, o setor avalia seus estoques pelo custo médio.

Portanto, constatou-se que as empresas do setor não cíclico não tiveram alterações significativas nos métodos de mensuração e avaliação ao longo dos anos, tendo utilizado predominantemente a mensuração pelo valor de custo e uma avaliação pelo custo médio. Todavia, a avaliação do custo médio como ocorrido no setor cíclico, teve variações de cálculo. Com isto, através da Tabela 7, foi feito o desdobramento dos métodos de cálculo do custo médio.

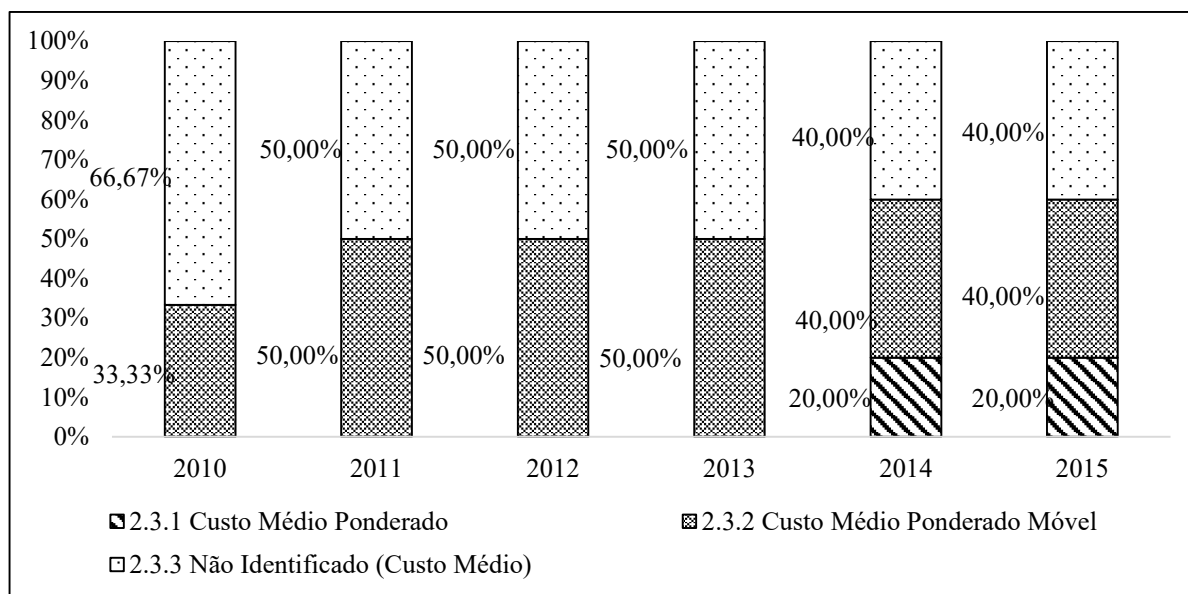
Tabela 7 – Tipos de avaliação pelo custo médio do setor não cíclico entre os anos de 2010 a 2015

ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
2.3 CUSTO MÉDIO	3	100%	4	100%	4	100%	4	100%	5	100%	5	100%
2.3.1 Custo Médio Ponderado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	1	20,00%	1	20,00%
2.3.2 Custo Médio Ponderado Móvel	1	33,33%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	40,00%	2	40,00%
2.3.3 Não Identificado	2	66,67%	2	50,00%	2	50,00%	2	50,00%	2	40,00%	2	40,00%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A partir da Tabela 7, percebe-se que no início da série, duas empresas não divulgavam o tipo de avaliação, e apenas uma divulgou. A partir do ano seguinte o número de empresas se igualou e chegou-se ao ano de 2015, com três (60,00%) empresas que divulgavam o método de cálculo (duas (40,00%) pela média ponderada móvel e uma (20,00%) pela média ponderada) e duas (40,00%) que não divulgaram o cálculo.

Destaca-se entre as empresas do setor, o segmento de medicamentos, que dentre as três, duas empresas divulgaram o seu método de cálculo durante todos os anos estudados. O Gráfico 5 mostra o percentual de utilização dos métodos de cálculo de avaliação das empresas do setor não cíclico entre os anos de 2010 a 2015.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 5 - Percentual de utilização dos métodos de cálculo do custo médio do setor não cíclico entre 2010 a 2015

Como foi ilustrado no Gráfico 5, houve uma evolução na divulgação das empresas que demonstraram o seu método de cálculo. Portanto, as empresas que evidenciaram os métodos de cálculo passaram de 33,33%, em 2010, para 60%, ao final de 2015, ou seja, mais da metade das empresas divulgaram o método de cálculo do custo médio. Ao final de 2015, dentre os 60% das empresas que divulgaram, 40% efetuavam o cálculo pela média ponderada móvel e os outros 20% pela média ponderada.

Após a observação da mensuração e avaliação dos dois setores que compõem a amostra foi possível perceber que em relação à mensuração das empresas, o setor não cíclico é mais homogêneo, tendo todas suas empresas mensurando seus estoques pelo valor de custo. Já o setor cíclico possui no final de 2015, cinco empresas que divulgaram pelo valor realizável líquido e quatro empresas que mensuraram seus estoques pelo valor de custo.

Em relação à avaliação, chegou-se à conclusão de que todas as empresas da amostra divulgam sua avaliação pelo custo médio. Porém, como já explanado anteriormente, as empresas possuem métodos diferentes para o cálculo do custo médio. Dentre os dois setores, o que mais se destaca pela divulgação destes métodos, é o não cíclico que ao final de 2015 teve 60% das empresas divulgando o método de cálculo. Já o setor cíclico teve menos da metade do seu setor divulgando o método de cálculo, chegando no máximo, em 2015, a 22,22% das empresas do setor.

De forma geral, a amostra tem uma mensuração heterogênea, tendo um pouco mais da metade mensurado pelo valor de custo e um pouco menos da metade avaliado pelo valor realizável líquido. Todavia, em relação à avaliação todas as empresas estudadas usam o mesmo método, o custo médio.

Além da análise da mensuração e avaliação, também se achou relevante verificar o nível de divulgação das empresas da amostra, conforme é apresentado na Tabela 8.

Tabela 8 – Quantidades de empresas que evidenciaram cada item obrigatório do CPC 16 (R1) entre 2010 a 2015

DIVULGAÇÃO/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
	N	N	N	N	N	N
3. DIVULGAÇÃO	11	12	12	13	14	14
3.1 Valor total Escriturado em Estoques	11	12	12	13	14	14
3.2 Valor registrado em outras contas apropriadas para entidade	11	12	12	13	14	14
3.3 Valor escriturado pelo valor justo menos o custo de venda	11	12	12	13	14	14
3.4 Valor de estoque reconhecido como despesa	11	12	12	13	14	14
3.5 Valor de qualquer redução dos estoques reconhecida no resultado (Estimativa)	11	12	12	13	14	14
3.6 Circunstâncias/Acontecimentos para Reversão	7	8	8	13	14	14
3.7 Montante Escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica

Fonte: Elaborado pelo auto com base nos dados da pesquisa.

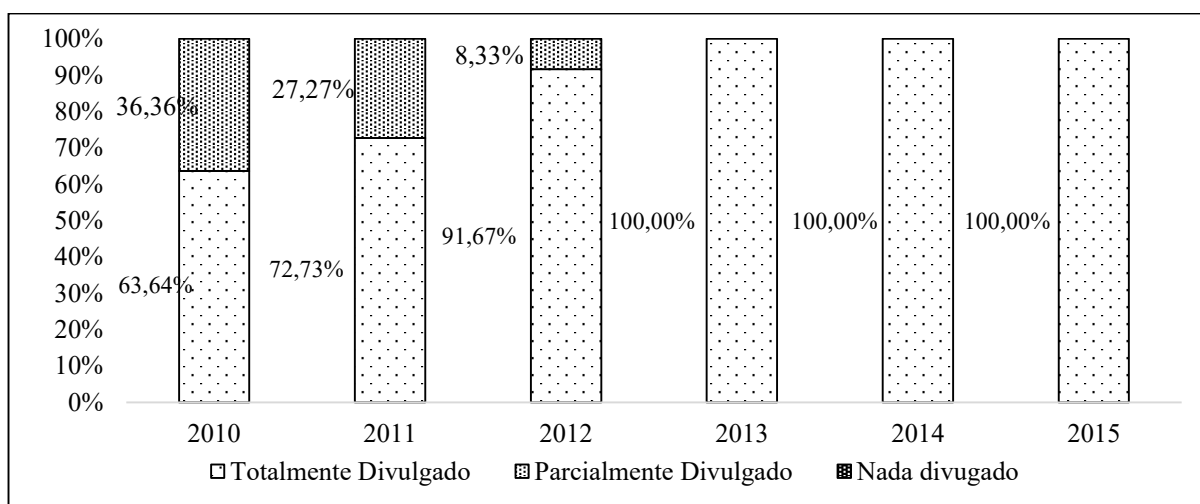
Com base na Tabela 8, pode-se verificar que durante toda a série histórica quase todos os itens foram evidenciados pelas empresas. O único item não evidenciado por algumas empresas foi o item de 3.6 da Tabela 8 (Circunstâncias/ Acontecimentos para Reversão) durante os anos de 2010 a 2012. Durante todos os anos também foi constatado que o item 3.7 (Montante Escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos) não foi aplicado a nenhuma das empresas devido a não utilização de estoques como penhor de garantia a passivos. Portanto a Tabela 9 apresenta a quantidade de empresas que evidenciaram os itens exigidos pelo CPC 16 (R1) e o seu percentual.

Tabela 9 - Evidenciação das informações exigidas pelo CPC 16 (R1) entre os anos de 2010 a 2015

ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Totalmente Divulgado	7	63,64%	8	66,67%	11	91,67%	12	100%	14	100%	14	100%
Parcialmente Divulgado	4	36,36%	4	33,33%	1	8,33%	0	0%	0	0%	0	0%
Não Divulgado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com base na Tabela 9, verificou-se que durante o período analisado, a maioria das empresas evidenciou de forma completa as informações exigidas pelo CPC 16 (R1). Em 2010, sete (63,64) das onze empresas evidenciaram de forma completa as informações exigidas. A partir de 2013, todas as empresas, divulgaram suas informações de forma completa. Com base nisso, foi plotado o Gráfico 6 que mostra o percentual de divulgação das informações no setor varejista entre os anos estudados.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 6 – Percentual de evidenciação dos estoques entres os anos de 2010 a 2015

Como mostra o Gráfico 6, o setor varejista apresentou aumento de 2010 para 2011 de 9,09% de empresas que evidenciaram integralmente as informações exigidas pelo CPC 16 (R1). Já de 2011 para 2012, mais três empresas da amostra passaram a evidenciar totalmente suas informações. A partir de 2013 até o final da pesquisa, em 2015, todas as empresas divulgaram integralmente as informações que são exigidas pelo CPC 16 (R1).

Contudo a amostra é dividida em dois setores, sendo importante a verificação da evidenciação de cada setor individualmente. O primeiro setor analisado foi o setor cíclico (Tabela 10), no qual é composto ao final de 2015 por nove empresas.

Tabela 10 – Evidenciação das informações exigidas pelo CPC 16 (R1) do setor cíclico entre os anos de 2010 a 2015

ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Totalmente Divulgado	5	62,50%	5	62,50%	8	100%	8	100%	9	100%	9	100%
Parcialmente Divulgado	3	37,50%	3	37,50%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%
Não Divulgado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Como abordado na Tabela 10, em 2010 e 2011, cinco empresas do setor cíclico divulgaram integralmente as informações exigidas pelo CPC 16 (R1), representando 62,50%. Todavia, três empresas do setor não divulgaram totalmente as informações, faltando informar as circunstâncias para a reversão de perda ou desvalorização dos estoques, representando 37,50% do setor. A partir de 2012 todas as empresas do setor divulgavam totalmente suas informações.

Após o detalhamento da divulgação do setor cíclico, apresenta-se o aprofundamento da divulgação do setor não cíclico. O setor é composto ao final de 2015 por cinco empresas.

Tabela 11 – Evidenciação das informações exigidas pelo CPC 16 (R1) do setor não cíclico entre os anos de 2010 a 2015

ESTOQUE/ANO	2010		2011		2012		2013		2014		2015	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Totalmente Divulgado	2	66,67%	2	50%	3	75%	4	100%	5	100%	5	100%
Parcialmente Divulgado	1	33,33%	2	50%	1	25%	0	0%	0	0%	0	0%
Não Divulgado	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%	0	0%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Verifica-se que ao final de 2010 (Tabela 11), das três empresas do setor, duas divulgaram totalmente as informações exigidas pelo CPC 16 (R1) em seus relatórios. Somente uma das empresas divulgou parcialmente as informações, pois em seus relatórios não houve a divulgação dos acontecimentos para ter ocorrido a reversão por perda ou desvalorização dos estoques. A partir de 2011, pode-se notar que duas empresas divulgaram parcialmente suas informações. Já em 2014 e 2015, percebeu-se que todas as empresas começaram a divulgar totalmente as informações, tornando assim o setor 100% de acordo com o CPC 16 (R1).

Com o desdobramento da mensuração, avaliação e evidenciação total e setorial da amostra, também se apresenta a Tabela 12 que destaca a relação entre os valores constantes no estoque e o total do ativo.

Tabela 12 – Relação entre estoques e ativo total das empresas entre 2010 a 2015

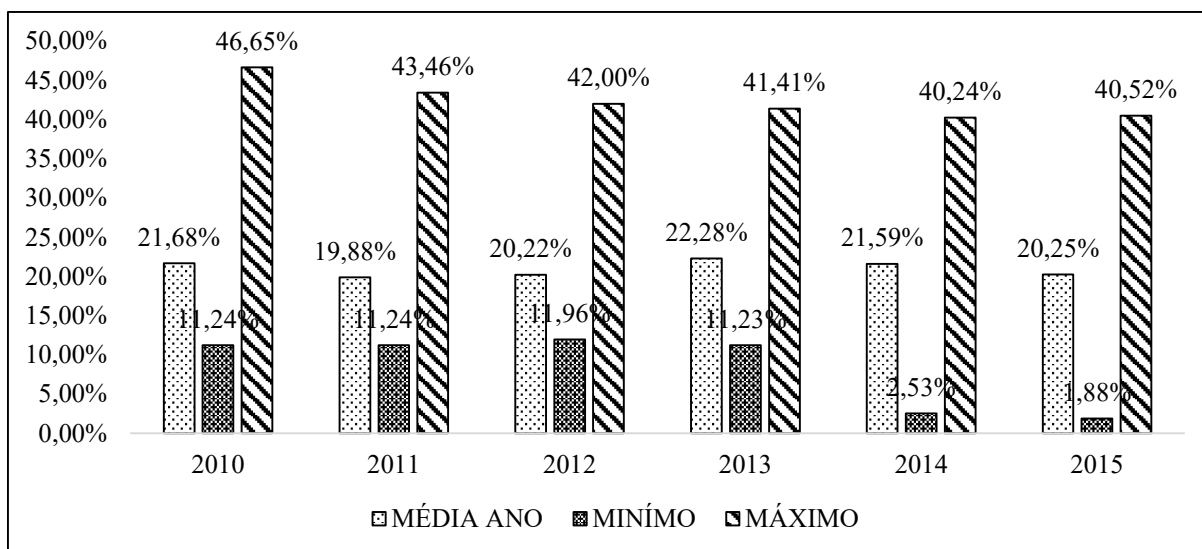
EMPRESAS/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015	MÉDIA
AREZZO	18,22%	11,24%	11,96%	12,09%	12,32%	12,52%	13,06%
BR HOME	-	-	-	-	40,24%	36,98%	38,61%
BRASIL PHARMA	-	11,63%	19,01%	24,28%	24,89%	25,51%	21,06%
CIA HERING	19,79%	19,62%	17,85%	22,75%	20,74%	21,62%	20,40%
DIMED	46,65%	43,46%	42,00%	41,41%	37,76%	40,52%	41,97%
GUARARAPES	13,51%	15,04%	12,68%	11,74%	13,03%	10,59%	12,77%
IMC	-	-	-	-	2,53%	1,88%	2,21%
LOJAS AMERICANAS	17,88%	15,26%	17,01%	17,49%	17,19%	16,78%	16,94%
LOJAS MARISA	11,26%	11,57%	15,06%	13,29%	12,55%	11,64%	12,56%
LOJAS RENNER	11,24%	13,50%	12,04%	11,23%	11,51%	10,62%	11,69%
MAGANIZE LUIZA	21,64%	25,93%	18,87%	26,55%	27,84%	24,21%	24,17%
PÃO DE AÇUCAR	16,12%	16,44%	16,76%	17,24%	18,85%	18,92%	17,39%
RAIABRASIL	29,91%	25,72%	29,21%	31,34%	33,10%	35,12%	30,73%
SARAIVA	32,28%	29,19%	30,17%	37,95%	29,76%	16,53%	29,31%
MÉDIA ANO	21,68%	19,88%	20,22%	22,28%	21,59%	20,25%	20,98%
MINÍMO	11,24%	11,24%	11,96%	11,23%	2,53%	1,88%	8,35%
MÁXIMO	46,65%	43,46%	42,00%	41,41%	40,24%	40,52%	42,38%

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 12, as empresas tiveram pouca variação nos percentuais, durante o período analisado. Em 2010, a empresa DIMED se destaca com maior relação (46,65%) entre o estoque e o ativo total, e a companhia Lojas Renner com a menor relação entre as analisadas. Durante todos os anos, a empresa DIMED apresentou maior relação, finalizando o ano de 2015, com 40,52%. A partir de 2014, com a entrada da empresa IMC na amostra, tem-se redução nos valores mínimos, conforme mostra a Tabela 12, que em 2015, apresentou 1,88% de relação entre estoque e ativo total.

Algumas empresas não apresentaram os percentuais (%) na Tabela 12 por ainda não estarem listadas devido na BM&FBOVESPA nos anos coletados.

Por meio disso, o Gráfico 7, apresenta as estatísticas descritivas (média, mínimo e máximo) da relação entre estoques e ativo total das empresas analisadas.



Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Gráfico 7 – Média, mínimo e máximo na relação estoques/ativo total do ramo varejista entre os anos de 2010 a 2015

Com base no Gráfico 7, constatou-se que durante os anos analisados as empresas mantiveram a média do setor entre 19% e 22%. Como a média do setor, a máxima dos setores obteve uma média equilibrada entre os anos, ficando entre 40% e 47%, tendo uma queda durante os anos. Já a mínima do mercado mantinha uma média entre 11% e 12%, porém a partir de 2014 com a entrada da empresa IMC na análise, o percentual mínimo teve uma brusca queda, terminando 2014 e 2015 com uma mínima de 2,53% e 1,88%, respectivamente. Este percentual é devido à grande maioria do seu ativo estar concentrado no Ativo Intangível.

Após a apresentação da análise da amostra e setorial, a próxima seção discorre sobre os índices de comparabilidade.

4.2 ÍNDICE DE COMPARABILIDADE

Realizada a análise descritiva da mensuração, avaliação e divulgação dos estoques das 14 empresas abertas do ramo de varejo, apuraram-se os índices de comparabilidade da mensuração e avaliação da amostra e dos setores estudados. Conforme comentado no Capítulo 3, o índice usado neste estudo é o índice T, que aponta o nível de comparabilidade das práticas adotadas pelas empresas referente aos estoques, ou seja, as práticas de mensuração e avaliação.

Quando as empresas não evidenciam o método contábil de interesse, a metodologia de Taplin (2004) calcula o índice mediante quatro abordagens (T1, T2, T3 e T4). Na primeira abordagem (T1), empresas que não evidenciaram (*non-disclosure*) são ignoradas na base de

cálculo. Ou seja, o índice T1 tem como base apenas empresas que apresentaram alguma prática contábil na mensuração e na avaliação (custo ou valor realizável líquido; PEPS, custo específico, custo médio ou não identificado).

A segunda abordagem (T2) compara as empresas que não evidenciaram com as que apresentaram todos os métodos analisados. Portanto, T2 tem como base todas as empresas da amostra, tendo elas evidenciado algum método ou não.

Por último, na terceira abordagem (T3), as empresas que não evidenciaram nenhum método contábil são consideradas no cálculo, mas não são comparadas com as demais empresas que apresentaram algum método. Essa abordagem leva em consideração o tamanho total da amostra (todas as companhias), mas apura o nível de comparabilidade somente das companhias que evidenciaram métodos contábeis.

O índice T4 compara empresas que não evidenciaram com as que apresentaram algum método específico, mas não com todas. Ou seja, a comparação mediante essa abordagem é parcial. Nesta pesquisa, são usadas somente as abordagens de cálculo T1, T2 e T3.

Dessa forma, se não ocorre evidenciação dos métodos de mensuração e avaliação dos estoques as empresas que não divulgarão são tratadas de diferentes formas nos índices. Na sequência, na Tabela 13, são apresentados os índices apurados para os estoques.

Tabela 13 – Índices T de 2010 a 2015

ÍNDICE/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. MENSURAÇÃO						
Índice T1	0,504	0,514	0,514	0,514	0,541	0,541
Índice T2	0,504	0,514	0,514	0,514	0,541	0,541
Índice T3	0,504	0,514	0,514	0,514	0,541	0,541
2. AVALIAÇÃO						
Índice T1	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T2	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T3	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 13, os três métodos de cálculo do Índice T apresentaram os mesmos valores, isto ocorre devido todas evidenciaram as práticas contábeis dos estoques, ou seja, todas as empresas apresentaram seus estoques nas DFs, divulgando tanto o método de mensuração quanto o de avaliação em NEs. Os índices T teve resultado de 0,504 para mensuração e 1,000 para avaliação em 2010, ou seja, se determinado usuário selecionar uma empresa da amostra,

no período analisado, esta empresa tem 50,40% de probabilidade de ser mensurar seus estoques pelo valor de custo e certamente terá seus estoques avaliados pelo custo médio. Nos anos subsequentes da amostra, constatou-se que houve pequena melhora no nível de comparabilidade, terminando a amostra com um índice de 0,514.

Houve assim entre os anos estudados, uma comparabilidade média nas práticas de mensuração, portanto os usuários precisam analisar com muita cautela as informações de saldos dos estoques dessas empresas. Ou seja, mesmo estas empresas pertencendo ao mesmo ramo de negócios e terem as mesmas finalidades, o método de mensuração dos seus estoques podem ser distintos, refletindo assim no valor total dos estoques e, conseqüentemente do ativo total.

A mesma permissa acontece para o índice dos métodos de avaliação dos estoques. Apesar de constatado que todas as empresas avaliaram seus estoques pelo custo médio, nem todas deixaram evidente em suas NEs o método de cálculo para chegar ao custo médio das mercadorias. Ou seja, foi usado para a apuração do indicador todas as formas de nomenclatura, como: custo médio, custo médio de aquisição, custo médio ponderado, custo médio ponderado móvel. Nada obstante, compreende-se que há diferenças entre os métodos que podem afetar a comparabilidade, uma vez que afeta o valor dos estoques. Portanto, na sequência foi separado o custo médio em três: custo médio ponderado, custo médio ponderado móvel e os não identificados. A partir destes três, foi cálculo o Índice T nas três abordagens (T1, T2 e T3).

Tabela 14 – Índice T do custo médio de 2010 a 2015

ÍNDICE/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.3 CUSTO MÉDIO						
Índice T – custo médio	0,83	0,72	0,63	0,63	0,56	0,48

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

O objetivo do cálculo do índice T especificamente para o custo médio é verificar se o nível de comparabilidade das DCs diminui de acordo com as diferentes nomenclaturas encontradas nas NEs. Nesse caso, o cálculo mediante as abordagens T1, T2 e T3 não é necessário, uma vez que a análise é feita entre as empresas que divulgaram o método de custo.

Verificou-se que alterações mais significativas nos índices ocorreram entre 2010 e 2015. No primeiro ano da série histórica, o indicador de 0,83 apontava uma alta probabilidade de duas empresas abertas varejistas apresentarem o custo médio da mesma forma. Na Tabela 14, observa-se que esse índice foi significativo porque na maioria das empresas (10) não foi possível identificar o tipo de custo médio (se ponderado ou ponderado variável). Assim, essa

alta probabilidade indica grandes chances de selecionar empresas que não esclarecem o formato em que o método de custo é apurado, o que dificulta não somente a comparabilidade, mas também a qualidade das informações divulgadas.

Além disso, o índice apresentou redução ao longo dos anos. Ou seja, aumentou o número de empresas que divulgaram de forma mais clara o tipo de custo médio adotado. Em 2015, o índice de 0,48, que pode ser considerado um indicador médio de comparabilidade, demonstra que um número maior de empresas passou a apontar se o custo era médio ponderado ou médio ponderado móvel.

Como a amostra é dividida em dois grandes setores da BM&FBOVESPA, foi considerado importante que os níveis de comparabilidade das práticas contábeis dos estoques fossem calculados setorialmente.

Primeiramente foi elaborado o índice T de comparabilidade do setor cíclico (Tabela 15). Este setor era composto por 8 empresas no começo da pesquisa e terminou a pesquisa com nove empresas do ramo varejista.

Tabela 15 – Índice T do setor cíclico – 2010 a 2015

ÍNDICE/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. MENSURAÇÃO						
Índice T1	0,500	0,500	0,500	0,500	0,506	0,506
Índice T2	0,500	0,500	0,500	0,500	0,506	0,506
Índice T3	0,500	0,500	0,500	0,500	0,506	0,506
2. AVALIAÇÃO						
Índice T1	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T2	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T3	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Nos anos estudados, constatou que as três abordagens do índice T, ficaram semelhantes, seja para as práticas de mensuração quanto para as de avaliação dos estoques. Ou seja, todas as empresas do setor Cíclico evidenciaram os estoques em suas DFs. Entre 2010 e 2013 o índice T foi avaliado em 0,500 para os métodos de mensuração e 1,000 para as práticas de avaliação. Em vista disso, entre 2010 a 2013, se um usuário escolhesse uma empresa da amostra, teria 50% de probabilidade de ser ou valor de custo ou valor realizável líquido, ou seja, o usuário teria chance igual para ambos os métodos. Já nas práticas de avaliação, seguramente, a empresa

seria avaliada pelo custo médio. Posteriormente, em 2014 e 2015 o índice T teve uma pequena mudança, chegando ao final da amostra com índice T de 0,506.

Haja vista disto, percebeu-se que durante os anos da amostra, as empresas do setor cíclico têm uma comparabilidade média, ou seja, mesmo sendo do mesmo ramo (varejista) e do mesmo setor (não cíclico), elas ainda apresentam grande diferença entre si, refletindo assim nos valores analisados pelos usuários, dos estoques ao ativo total.

E como ocorrido no total da amostra, os setores passam pela mesma premissa, na qual o índice de comparabilidade das práticas de avaliação pode não refletir a realidade. Nas tabelas tanto da amostra quanto a do setor, tem-se este índice como 1,000, devido todas empresas avaliarem pelo custo médio. Porém, dentro desta avaliação, existem alguns métodos de cálculo, mudando assim o valor dos estoques. A seguir, na Tabela 16, é demonstrado a comparabilidade após o desdobramento dos métodos de cálculo do custo médio.

Tabela 16 – Índice T do custo médio no setor cíclico – 2010 a 2015

ÍNDICE/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.3 CUSTO MÉDIO						
Índice T – custo médio	1,000	1,000	0,780	0,780	0,800	0,800

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Conforme a Tabela 16 expressa, em 2010 o índice setorial do custo médio ficou igual à 1,00, porém como todas as empresas em 2010 não identificavam o método de cálculo do custo médio, então o índice significa que se um usuário fosse comparar duas empresas da amostra, certamente, as duas empresas não identificaram o método de cálculo.

Durante todos os anos desta série temporal, o índice teve uma queda, ou seja, as empresas do setor começaram a divulgar o método de cálculo do custo médio. Em 2015 o índice setorial de comparabilidade chegou à 0,800. Portanto, mesmo com a queda no índice, houve uma melhora na disponibilidade das informações em relação ao custo médio.

Após ter apurado todas os índices de comparabilidade do setor cíclico, foi feito uma apuração destes índices para o setor não cíclico. Este setor começou a pesquisa com três empresas na amostra e terminou a pesquisa com cinco empresas. Foi analisado, através da Tabela 17, neste setor, os mesmos índices analisados no setor passado que são o índice T de dos métodos de mensuração e avaliação.

Tabela 17 – Índice T do setor não cíclico – 2010 a 2015

ÍNDICE/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
1. MENSURAÇÃO						
Índice T1	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T2	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T3	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
2. AVALIAÇÃO						
Índice T1	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T2	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000
Índice T3	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000	1,000

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Durante todos os anos da amostra, percebeu-se que tivemos o mesmo valor para as três abordagens (T1, T2 e T3) do índice T. Constatou-se que o índice teve um valor de 1,000 tanto para o método de mensuração quanto para o método de avaliação. Isto ocorreu devido todas as empresas mensurarem seus estoques pelo valor de custo e avaliarem pelo custo médio. Portanto, se um usuário escolhesse uma empresa do setor, certamente, ele seria uma empresa que mensuraria pelo valor de custo e avaliaria pelo custo médio.

Portanto, percebe-se que o setor não cíclico tem um nível de comparabilidade alto devido sua homogeneidade de suas práticas contábeis dedicadas aos estoques. Porém, como ocorrido no total da amostra e no setor cíclico, o nível de comparabilidade da avaliação dos estoques não reflete a realidade. Isto acontece, devido os métodos de cálculos do custo médio serem diferentes entre as empresas do setor não cíclico.

Tabela 18 – Índice T do custo médio no setor não cíclico – 2010 a 2015

ÍNDICE/ANO	2010	2011	2012	2013	2014	2015
2.3 CUSTO MÉDIO						
Índice T – custo médio	0,560	0,500	0,500	0,500	0,360	0,360

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A partir da Tabela 18, verificou-se que em 2010 o índice T setorial do custo médio ficou em 0,560, ou seja, se um usuário fosse escolher uma empresa para comparar, ele teria 56% de probabilidade de escolher uma empresa que não identificava o método de cálculo.

Este índice durante os anos teve uma queda, ou seja, ao final de 2015 chegou a um índice de 0,360. Portanto, mesmo com a queda do índice, os usuários ao analisarem as empresas terão mais chances de ter informações mais completas entre elas.

Com o cálculo efetuado dos índices de comparabilidade, pode-se efetuar uma comparação com as duas pesquisas anteriormente efetuadas. Dentro a pesquisa feita por Fabiano (2012), verificou-se que as empresas do setor de Petróleo e Gás, Siderurgia e Mineração e Energia têm um nível de comparabilidade de mensuração dos seus estoques entre 0,592 e 0,680 durante sua série histórica. Já o nível de comparabilidade da avaliação dos estoques durante toda a série permaneceu 1, ou seja, comparabilidade plena.

Reina, Reina e Silva (2014) verificaram o nível de comparabilidade dos estoques das empresas que fazem parte do Índice Brasil 50 (IBrX-50). Em relação à mensuração, o nível variou de 0,340 em 2010 até 0,310 em 2012. Já o nível de comparabilidade da avaliação dos estoques variou de 0,300 em 2010 até 0,180 em 2012.

Haja vista, as duas pesquisas anteriores, constata-se que o nível de comparabilidade de mensuração do ramo varejista, é muito superior as empresas do IBrX-50 e um pouco inferior as empresas dos setores de Petróleo e Gás, Siderurgia e Mineração e Energia, estudadas por Fabiano (2012). Porém, tanto as empresas do varejo, analisadas neste estudo, quanto as empresas analisadas por Fabiano (2012), tem-se um nível de comparabilidade média. Já em relação ao nível de comparabilidade da avaliação dos estoques, as empresas do ramo de varejo estão no mesmo nível das empresas estudas por Fabiano (2012), ou seja, tendo uma comparabilidade plena (índice igual a 1) e superiores as empresas do IBrX-50 (REINA; REINA; SILVA, 2014).

4.3 ANÁLISE CRÍTICA

Um ponto que chamou atenção na pesquisa realizada foi que das 14 empresas analisadas 13 delas utilizaram o termo “Provisão” em suas NEs na nomenclatura para estimativa de perdas tanto por valor realizável líquido quanto por obsolescência. A seguir são expostas duas NEs (Figuras 1 e 2) com a diferenciação de denominações utilizadas para essa conta redutora do ativo.

10. Estoques				
	Controladora		Consolidado	
	31.12.2015	31.12.2014	31.12.2015	31.12.2014
Lojas (nota 10.1)	1.703	1.510	4.323	4.089
Centrais de distribuição (nota 10.1)	1.139	987	4.654	4.402
Estoques de imóveis em construção (nota 10.3)	-	-	165	172
Perdas com obsolescência e quebras (nota 10.2)	(14)	(10)	(153)	(86)
	2.828	2.487	8.989	8.577
Circulante	2.828	2.487	8.989	8.405
Não circulante	-	-	-	172

Fonte: Retirado NE 10 – Estoques da empresa CIA Brasileira de Distribuição S.A (2015, p.68)

Figura 1 - Nota explicativa com nomenclatura correta em relação às perdas

Como pode-se perceber na Figura 1, tem-se o termo corretamente expresso na NE 10 – Estoques da CIA Brasileira de Distribuição S.A. (Pão de Açúcar) no ano 2015, no qual expressa “Perda com obsolescência e quebras”. Posteriormente, na Figura 2 é demonstrado o erro de nomenclatura em uma NE.

9 Estoques		
	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Produtos acabados	107.803	96.594
Produtos para revenda	82.800	71.492
Produtos em elaboração	41.355	45.501
Estoque em poder de terceiros	22.459	21.045
Matérias-primas e almoxarifado	52.282	48.105
Importações em andamento	21.836	16.312
Adiantamento a fornecedores	1.310	1.888
Provisão para ajuste a valor de realização	(11.502)	(3.929)
	318.343	297.008

Fonte: Retirado NE 9 – Estoques da empresa CIA Hering S.A (2015, p.36)

Figura 2 - Nota explicativa com nomenclatura incorreta em relação às perdas

Já na Figura 2, é observado na NE 9 – Estoques da CIA Hering S.A. a denominação “Provisão para ajuste a valor de realização”, que está incorreto de acordo com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, uma vez que o termo provisão é utilizado para passivos com prazo ou valor incertos. Portanto, a nomenclatura utilizada nesta NE, assim como em outras analisadas, está incorreta, devido a conta exposta ser redutora do ativo e não um passivo.

5 CONCLUSÕES

Esse trabalho teve o objetivo geral verificar o nível de comparabilidade das práticas contábeis de mensuração, avaliação e evidenciação dos estoques das empresas brasileiras do ramo varejista nos anos de 2010 a 2015. Para atingir o objetivo geral da pesquisa, foram determinados três objetivos específicos.

Primeiramente, buscou-se identificar o método de mensuração e avaliação dos estoques das empresas, assim como critérios e formas de valoração. Constatou-se que nove das 14 empresas mensuravam seus estoques pelo valor de custo e o restante pelo valor realizável líquido. Quanto ao método de avaliação, todas as empresas avaliaram pelo custo médio: duas calculavam o saldo pela média ponderada, três pela média ponderava móvel e nove não identificavam o método de cálculo utilizado.

Posteriormente, foi verificada a conformidade dos itens obrigatórios exigidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 16 (R1) das empresas, chegando ao final de 2015 com todas as empresas da amostra evidenciando todos os itens exigidos.

Para alcançar o último objetivo específico, calculou-se o nível de comparabilidade das práticas contábeis de estoques, tanto para mensuração como para avaliação. Após o cálculo efetuado, chegou-se a um índice T de mensuração no valor 0,541, ou seja, 54,10% de probabilidade de uma empresa mensurar seus estoques pelo valor de custo, e a um índice T de avaliação no valor 1,000, devido todas as empresas avaliarem seus estoques pelo custo médio.

Contudo os resultados não podem ser generalizados, pois foram analisadas empresas de um determinado ramo de atividades e em um determinado período de tempo. Também foi usado um indicador dentre vários que poderiam ser utilizados.

Em virtude de que investidores visam muito o que as empresas divulgam em suas DFs, o índice de comparabilidade pode trazer a eles uma análise adicional para tomada de decisão.

Com a adoção completa das Normas Internacionais de Contabilidade no Brasil, em 2010, as empresas buscaram apresentar suas DCs com maior padronização. Porém, mesmo com esta padronização, as empresas em determinadas práticas contábeis possuem a decisão de escolha de qual mecanismo utilizar. Com isto o nível de comparabilidade pode trazer ao usuário uma análise mais criteriosa das diversas empresas avaliadas, tornando-se um mecanismo de maior transparência e evidenciação das empresas.

Para trabalhos futuros recomenda-se a análise do nível de comparabilidade das práticas contábeis de estoques de empresas de diferentes países. Sugere-se também análise do nível de comparabilidade das práticas contábeis de estoques de outros ramos de negócios do Brasil e,

por último, propõe-se uma análise do nível de comparabilidade de práticas contábeis de outros pronunciamentos contábeis.

REFERÊNCIAS

ASTAMI, E. W.; TOWER, G.; RUSMIN, TAPLIN, R. An Exploration of the Attributes of International Harmonization Indices using the T-Index. **The Journal of Contemporary Issues in Business and Government**, v. 12, n. 2, p. 47-66, 2006.

Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors. **Accounting and Business Research**, v. 36, Special Issue, p. 5-27.

BMF&BOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo. **Empresas Listadas**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/pt_br/produtos/listados-a-vista-e-derivativos/renda-variavel/empresas-listadas.htm> Acesso em 23 de fev. 2016.

CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. **CPC 00 (R1)** - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. 2011. Disponível em: <http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/147_CPC00_R1.pdf>. Acesso em: 30 março 2016.

_____. **CPC 16 (R1)** – Estoques. 2009. Disponível em: <<http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos>>. Acesso em: 02 maio 2016.

_____. **CPC 25 (R1)** – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. 2009. Disponível em: <http://static.cpc.mediatgroup.com.br/Documentos/304_CPC_25_rev%2006.pdf>. Acesso em: 02 maio 2016.

DE FRANCO, G.; KOTHARI, S. P.; VERDI, R. The benefits of firm comparability [Working Paper]. **University of Toronto and MIT Sloan School of Management**, 2008.

FABIANO, D. **O nível de comparabilidade contábil dos países do BRIC**. 118 f. Dissertação (Mestrado em administração) – Faculdade de Administração, Universidade Federal de Uberlândia, Belo Horizonte, 2012.

FRERI, M.R.; SALOTTI, B.M.; Comparabilidade de Empresas Administradoras de Shoppings Centers do Mercado de Capitais Brasileiro. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v.18, n.1, p. 26-45, 2013.

GERON, C.M.S. **Evolução das práticas contábeis no Brasil nos últimos 30 anos**: da Lei 6.404/76 à Lei 11.638/07. 2008. 300 p. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. David E. Gray ; tradução: Roberto Cataldo Costa; revisão técnica: Dirceu da Silva. – 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

HOPFNER, B.T.; BUENO, D.C.; BRITO, E. Harmonização das Normas internacionais de contabilidade: Impactos no Processo de Adoção e os Reflexos na Contabilidade Brasileira. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade, 10, 2013, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2013.

IBEVAR - Instituto Brasileiro de Executivos de Varejo e Mercado de Consumo. **Raking 2015**, Disponível em: <http://www.revistainfra.com.br/portal/Arquivos/RANKING%20IBEVAR%202015%20-%20120%20MAIORES%20EMPRESAS%20DO%20VAREJO%20BRASILEIRO_Q9PUI9.pdf> Acesso em 20 de fevereiro 2016.

IUDICÍBUS, S. **Teoria da Contabilidade**. 11 ed., São Paulo: Atlas, 2015.

LEMES, S.; CARVALHO, L.N.G. Comparabilidade Entre o Resultado em BR GAAP e U.S. GAAP: Evidências das Companhias Brasileiras Listadas nas Bolsas Norte Americanas. **Revista Contabilidade e Finanças**, v.20, n.50, p. 25-45, 2009.

LEMES, S.; CARVALHO, N. **Contabilidade Internacional para Graduação: Texto, Estudos de Casos e Questões Múltipla Escolha**. Ed. 1, São Paulo: Atlas, 2010.

LEOPOLDO, R. Adoção das normas do IFRS protege investidor, diz Tombini. **Exame**, 2013. Seção Economia. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/economia/noticias/adocao-das-normas-do-ifrs-protege-investidor-diz-tombini>> Acesso em 20 de março 2016.

MACEDO, M.A.S.; MACHADO, M.A.V.; MACHADO, M.R. Análise da Relevância da Informação Contábil no Brasil num Contexto de Convergência às Normas internacionais de contabilidade. **Revista Universo Contábil**, v.9, n.1, p. 65 – 85, 2013.

MAPURUNGA, P.V.R.; MENESES, A. M.; PETER, M.G.A. O Processo de Convergência das Normas internacionais de contabilidade: Uma Realidade nos Setores Privado e Público Brasileiros. **Revista Controle**, v. 9, n. 1, p. 87.107, 2011.

MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. dos; IUDÍCIBUS, S. **Manual de contabilidade societária**: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARTINS, E. **Contabilidade e Finanças no Brasil**: Estudos em Homenagem ao professor Eliseu Martins. Alexsandro Broedel Lopes, organizador. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, G. A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MONTOTO, E.; LENZA, P. **Contabilidade Geral e Avançada esquematizado**. 4 ed., São Paulo: Saraiva, 2015.

NIYAMA, J.K.; TIBURCIO, C.A. **Teoria da Contabilidade**. 3. ed., São Paulo: Atlas, 2013.

ÓRAMA. **Glossário**. Disponível em <<http://www.orama.com.br/glossario-mercado-financeiro/>> Acesso em 10 de março 2016.

PADOVEZE, C. L.; DE BENEDCITO, G. C.; LEITE, J. S. G. **Manual de Contabilidade Internacional**: IFRS: US GAAP e BR GAAP: Teoria e Prática. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

PONTE, V. M. R.; LUCA, M. M. M.; OLIVEIRA, M. C.; AQUINO, L. D. P. Análise do Grau de Cumprimento das Práticas de Divulgação Definidas Pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no âmbito das Companhias Abertas. In: Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 10, 2010, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2010.

REINA, D. R. M; REINA, D.; SILVA, S. F. Comparabilidade da Informação Contábil em Empresas Brasileiras após a Adoção das Normas internacionais de contabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v.11, n.23, p.77-94, 2014.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al.). 3. ed. revista e ampliada. São Paulo: Atlas, 1999.

SALOTTI, B. M.; CARVALHO, N.; MURCIA, F. D. Convergência da Contabilidade Brasileira às Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS): Retrospectiva histórica e desafios para o futuro. In: SALOTTI, B. (Org.). **IFRS no Brasil: temas avançados abordados por meio de casos reais**. São Paulo: Atlas, 2015.

SANTOS, A. M. M. M.; COSTA, C. S. **Características gerais do varejo no Brasil**. In: Índice Setorial de Publicações, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), 1997.

SELHORST, B. T. P. **Controle Interno e de Estoques: Um estudo de caso em um supermercado**. 2009. 55 p. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena, Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena, 2009.

SILVA, P. C.; WEFFORT, E. F. J.; PETERS, M. R. S.; CIA, J. N. S. Impacto da Adoção das IFRS nas Empresas Brasileiras de Saneamento: a Percepção dos Profissionais do Setor. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, v. 21, n.2, p. 69-94, 2010.

SOUZA, F. E. A.; BOTINHA, R. A.; SILVA, P. R.; LEMES, S. A Comparabilidade das Escolhas Contábeis na Avaliação Posterior de Propriedades para Investimento: Uma Análise das Companhias Abertas Brasileiras e Portuguesas. **Revista Contabilidade e Finanças**, v. 26, n. 68, p. 154-166, mai./jun./jul./ago. 2015.

SOUZA, J. A.; NETO, A. S.; VARGAS, L. H. F.; DEMONIER, G. B. . Práticas contábeis de empresas brasileiras antes e após a adoção das normas internacionais. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ**, v.18, n.3, p.55-76, 2013.

SOUZA, M. M. **Material de apoio a disciplina de normas internacionais de contabilidade**. Graduação em Ciências Contábeis. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 9 ed., Semestre 1, 2016.

TAPLIN, R. H. A unified approach to the measurement of international accounting harmony. **Accounting and Business Research**, v. 34, n. 1, p. 57-73, 2004.

_____. Measuring the Comparability of Company Accounts Conditionally. **Social Science Research Network**, 2012. Available in: <http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2210722>. Access in: 28 jun. 2016.

WANG, C. Accounting standards harmonization and financial statement comparability: evidence from transnational information transfer. **Journal of Accounting Research**, v. 52, n. 4, sept. 2014.

YIP, R. W. Y.; YOUNG, D. Does Mandatory adoption improve information comparability? **The Accounting Review**, v. 87, n. 5, 2012.